



**FÓRUM NACIONAL de
REFORMA URBANA**

RELATÓRIO

**ENCONTRO DO FÓRUM NACIONAL DE REFORMA URBANA
“Avançando na Luta pela Reforma Urbana”**

Recife, outubro de 2009

Índice

Mesa de Abertura.....	03
Análise de Conjuntura.....	07
Painel 1. Direito à Cidade e os Conflitos Sociais Urbanos.....	12
Lançamento de Publicações.....	20
Painel 2. A política e o Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano: limites e desafios para sua implementação nas diversas regiões do país.....	21
Painel 3. Gênero, raça e juventude e a agenda da reforma urbana.....	30
Apresentação e discussão do texto-base para a 4ª Conferência das Cidades.....	37
Apresentação dos Programas de Habitação de Interesse Social.....	40
Apresentação dos Trabalhos de Grupos.....	41
Mesa: Apresentação do Manifesto/Plataforma pelo Direito à cidade e Diálogo com outras redes e fóruns nacionais e internacionais visando o Fórum Urbano Mundial.....	64
Encerramento.....	69
ANEXOS.....	70

ENCONTRO DO FÓRUM NACIONAL DE REFORMA URBANA

“Avançando na Luta pela Reforma Urbana”

Recife / 22 a 24 de Outubro de 2009

22 de outubro

ABERTURA - COORDENAÇÃO DA MESA: Adelmo (FERU-PE)

Adelmo (FERU-PE) - Saúda os presentes em nome do FERU e do Fórum regional Nordeste, destaca o esforço feito pelas delegações de todo Brasil, a exemplo da delegação da Amazônia. Diz que o encontro inaugura uma data importante para o Fórum, por ser a primeira vez que acontece no Nordeste. Lembra que os encontros do FNRU sempre se realizaram no eixo Rio/São Paulo. Destaca que a escolha pela cidade do Recife foi muito oportuna por se tratar de um espelho de contradições, injustiças e muita desigualdade, mas também o lugar de um povo que luta e que tem forte história de resistência, a exemplo do Orçamento Participativo, do PREZEIS, e do Fórum estadual de Reforma Urbana. Deseja as boas vindas a todos e todas.

COMPOSIÇÃO DA MESA

Humberto Costa – Representante do Governo do Estado de Pernambuco–
Secretaria das Cidades
Inês Magalhães – Secretária Nacional de Habitação - Ministério das Cidades
Marcus Borges – Gerente Regional da Caixa Econômica Federal
Rodolfo Ramires – Habitat para Humanidade da América Latina
Sérgio Gonçalves – Diretor Institucional da Secretaria Nacional de
Saneamento - Ministério das Cidades
Julie Pfeiffer– Fundação Rosa Luxemburgo
Orlando Junior- Relator Nacional pelo Direito à Cidade
Nilton Botter – Representante da Prefeitura do Recife – Coordenador do
Instituto Pelópidas da Silveira
Tereza Leitão – Deputada Estadual (PT) – Coordenadora da Frente
Parlamentar pela Reforma Urbana
Donizete Fernandes- União Nacional de Moradia Popular
Miguel Lobato– Movimento Nacional de Luta pela Moradia
Enio – CONAM
Luiz Herlain– CMP
Regina Ferreira– FASE Nacional – Secretária Executiva do FNRU
Jair Ferreira– FENAE
Brian Mier– ACTIONAID

Tereza Leitão (Deputada Estadual - PT) - Deseja as boas vindas e diz compartilhar das preocupações dos militantes da Reforma Urbana em inscrever a luta do Movimento para o reconhecimento da Reforma Urbana como um direito inscrito, respeitado e implementado nas políticas públicas.

Registra que tem acompanhado os debates sobre a regularização fundiária de Moreno (PE) a partir de onde tem sido possível analisar a situação de toda região metropolitana do Recife, que em última instância é também a situação do Brasil no que diz respeito à habitabilidade e meio ambiente (se referindo à relação das pessoas com a cidade). Defende o direito à Reforma Urbana com dignidade para as pessoas. Acredita que as instâncias governamentais deveriam trazer essas questões para suas agendas.

Donizete (UNMP) – Saúda os quatro movimentos nacionais: UNMP, MLPM, CONAM E CMP. Destaca que o FNRU está organizado em 23 Estados e que tem conseguido colocar para os movimentos, para as ONGs, para os profissionais da área e para os trabalhadores uma unificação na busca de políticas de Reforma Urbana. Lembra que no início, em São Paulo, todos iam pras ruas, para ocupações do tipo ‘casa já’. Depois que se conseguia as ocupações não se tinha os serviços (creches, escolas, saneamento, etc). Posteriormente os movimentos se reuniram para coletar assinaturas e colocar o capítulo da reforma urbana na constituição, processo que conseguiu aprovar o Estatuto das Cidades e o Fundo Nacional de Moradia Popular. Afirma que recentemente se vive em uma crise porque não se consegue mais um milhão de assinaturas para a PEC. Avalia que o Movimento pela Reforma Urbana foi mais além porque combinou o movimento de luta popular com o movimento político. Defende que a maior luta deve ser a união do movimento popular por projetos onde a sociedade civil tenha controle da sociedade. Argumenta que é preciso fortalecer o conselho das cidades e as conferências nacionais, conversar com as ONGs e com os trabalhadores e unificar em torno da luta pela Reforma Urbana. Espera que a população consiga participar das riquezas das cidades, dos estados e do país.

Inês Magalhães – (MINISTÉRIO DAS CIDADES) - Saúda a todos e cumprimenta os companheiros da mesa. Ressalta a importância do FNRU como uma articulação nacional. Entende que o espaço do FNRU é privilegiado pela sua formatação e que o encontro tem como característica fazer um balanço dos avanços e assinalar as convergências. Diz que é necessário ter precisão nas divergências para superá-las para que haja uma consolidação ainda mais forte do que existe. Aponta que é um momento especial, por ser o ano que antecede o Fórum Urbano Mundial e que o grande desafio do FUM é que ele não tenha ao final, como resultado, somente a produção de um relatório. Avalia que o FUM será um momento importante, de articulação e atuação das redes e que as experiências com os movimentos sociais devem ser apresentadas para o mundo como uma experiência positiva neste espaço. Assinala como ponto fundamental para a discussão a questão do Sistema e a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. Acredita que no espaço do encontro do FNRU será possível refletir para consolidar uma pauta de pactuação e apresentá-la para a sociedade no FUM (uns enquanto governo e outros como movimento). Deseja a todos um bom trabalho. Informa que já estão abertas as inscrições para o FUM e para os eventos de rede. Lembra que até o final do mês haverá um debate na internet com o tema do fórum: ‘Unindo o urbano dividido’. Afirma que o FUM deve ser percebido como um espaço de consolidação e avanço da luta por uma cidade mais justa que é o que todos perseguem.

Miguel (MNLP) – Saúda aos companheiros e companheiras do Fórum. Afirma a importância do FNRU pela diversidade de atores. Lembra que o encontro tem como objetivo discutir a Política Urbana com suas diversidades, divergências e convergências. Afirma a importância de construir acordos, mas também discutir as divergências. Lembra que o FNRU é o único Fórum que permanece pós a promulgação da Constituição Federal. Deseja que haja sapiência e sabedoria para discutir as divergências e fortalecer a luta.

Milton Botter – (Instituto da cidade do Recife – Prefeitura do Recife) - Saúda a mesa. Diz que se sentiu em casa, mesmo estando ‘chapa branca’, porque o no movimento social que iniciou sua trajetória. Faz um balanço apontando os créditos ao governo Lula que afirma ser uma conquista do movimento. Avalia que houve diversos avanços na política urbana, a exemplo do Ministério das Cidades que reorganizou uma política nacional. Afirma a importância de se ter uma política fundiária, política nacional de saneamento, etc. Destaca a necessidade de trabalhar os grandes vazios urbanos, nas metrópoles. Diz que os espaços se concentram nas áreas centrais e que não se superou a visão patrimonialista desde o período colonialista. Faz um balanço dizendo da capacidade do FNRU em ser propositivo, e com grande maturidade, da capacidade de controle social e de construção das políticas públicas urbanas.

Julie – (FUNDAÇÃO ROSA LUXEMBURGO) – Explicita que a Fundação Rosa Luxemburgo homenageia com seu nome uma grande revolucionária alemã e que tem um escritório que se ocupa com projetos para o Brasil e Cone Sul, em São Paulo. Diz que a Fundação trabalha com projetos de formação política e por isso tem uma parceria por mais de seis anos com a FASE no projeto de Direito à cidade. Diz que através da FASE a Fundação teve acesso a outras organizações, inclusive em Recife, com as quais já estão desenvolvendo alguns trabalhos de formação política. Espera que o Fórum consolide estratégias para uma cidade mais justa e uma cooperação mútua.

Enio – (CONAM) - Saúda a todos os presentes e a mesa. Reflete que se vive um momento importante, com muitas atividades e com muita coisa acontecendo. Lembra que o Fórum está no processo da Conferência Nacional de Saúde Ambiental, que integra políticas de vários ministérios. Apesar desta riqueza de debates, avalia que existem outros problemas. Lembra que se tem uma política nacional de habitação que não consegue consolidar. Destaca a importância de discutir saneamento no país durante a conferência nacional de saúde ambiental, e a política nacional de habitação como espaços para aprofundar este debate. Diz que a proposta é sair do encontro com grandes idéias e debates para melhorar a luta por cidades mais justas e melhores.

Orlando Junior – (Relator Nacional pelo Direito à Cidade) - Saúda todos e todas e diz querer destacar somente uma pequena idéia: “tristes, ou inúteis, são os mapas que não mostram onde ficam as utopias”. Lembra da necessidade de construção e renovação das utopias pelo direito à cidade e pela cidade democráticas para todos e para todas.

Marco Borges – (CEF) – Diz que é uma oportunidade para a Caixa Econômica Federal participar do espaço do FNRU que traz assuntos tão relevantes como o Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano. Afirma que a Caixa e o

FNRU estão em sintonia desde 2007, antenados na construção de assistência técnica. Por último avalia que o momento, com o governo federal e o banco no 'Bolsa família', 'Minha Casa Minha Vida' é de avanço para o Brasil, e que é a sociedade organizada e em discussão que constrói isso. Defende que a experiência de trabalhos da CEF com os movimentos sociais deve ser exposta fora, assim como o Sistema e a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. Deseja êxito no Encontro.

Rodolfo Ramires (HPH) – Aponta a importância do FNRU para a América Latina por suas lutas e conquistas. Diz que o FNRU não congrega somente movimentos sociais, congrega também a academia, instituições representativas de vários segmentos e quem está nas organizações internacionais, portanto, é um exemplo pra todos na América Latina. Avalia que o FNRU irradia lutas, mas também irradia conquistas. Apresenta uma questão do ponto de vista internacional: O que será feito no FUM? Lembra que o tema central do FUM é 'o direito à cidade', que é um tema que congrega a todos. Destaca a importância do tema do Direito à Cidade como preparação para o FUM, que acontece pela primeira vez na América latina, e principalmente se realiza no Brasil onde os movimentos sociais são forças que escrevem história, transformam a sociedade e até as instituições. Por fim declara que o Brasil não pode perder a oportunidade para ensinar como se faz história. Deseja boa sorte.

Luiz (CMP) – Diz que o FNRU fez história. Lembra de dois episódios importantes. O primeiro na Câmara de São Paulo quando se discutiu o Fundo Nacional de Interesse social. O segundo no 1º fórum de Reforma Urbana quando se juntou estudiosos do mundo inteiro em torno do documento proposto pelo FNRU, que foi desmontado no primeiro momento. Avalia que o Fórum teve a capacidade de reconstruir e reorganizar tudo. Afirma que a diversidade do FNRU é a beleza do rosto do Brasil, o que será ainda maior quando nos próximos sete anos as cidades passarem das páginas policiais às revistas e gazetas ilustradas. Diz querer compartilhar a responsabilidade de construir no Encontro a possibilidade das cidades como espaços das relações humanas, fraternas e solidárias. Deseja bom trabalho e boa luta.

Sérgio Gonçalves – (MINISTÉRIO DAS CIDADES – SECRETARIA DE SANEAMENTO) - Saúda os presentes e os companheiros e companheiras da mesa. Diz que o saneamento tem muito a agradecer ao FNRU. Lembra que se passou 21 anos discutindo a possibilidade de uma lei, mas quando FNRU se engajou e começou a discutir o saneamento, fizeram uma disputa política importante para que se realizasse. Avalia que a sociedade precisa debater o saneamento como debate o futebol, a novela. Agradece ao fórum porque sempre pautou o saneamento como uma questão de saúde pública. Explicita que o setor do saneamento precisa que a sociedade debata e cobre serviços públicos de qualidade. Diz ser preciso rever estratégias e perceber quem são os inimigos e ter foco. Defende a necessidade de fortalecer a luta em ano de eleição para fortalecer a continuidade da política, que ainda é fraca no sentido institucional. Enfatiza que quando se debate o saneamento, se debate a qualidade de vida. Cita que o presidente Lula decretou em agosto de 2009 o biênio do saneamento brasileiro e avalia que é outra ferramenta importante para construir instrumentos de luta. Agradece a oportunidade e deseja um

encontro profícuo que contribua na consolidação da democracia e participação social.

Bryan (ACTIONAID) - Saúda a todos e diz que representa a ACTIONAID no Comitê coordenador do Fórum Nacional de Reforma Urbana discutindo o Direito à cidade. Lembra uma fala durante o Fórum Social Mundial em Belém: “O direito à cidade não é apenas o direito de qualquer pessoa morar nas cidades, significa que qualquer pessoa pode mudar a cidade do jeito que quiserem”. Diz que é nesse espírito que a Actionaid apóia e sente muito orgulho de participar do processo.

Jair (FENAE) - Saúda a mesa e a todos na pessoa do companheiro Edmundo. Diz que a FENAE sente muito orgulho de estar participando do Fórum. Fala sobre a greve dos funcionários da CEF e da necessidade de contratação de novos funcionários e a garantia do governo em fazê-la terminando com a greve. Aponta a dificuldade de envolver as entidades sindicais, as centrais sindicais que avalia ser ferramentas importantes no processo. Destaca o momento eleitoral como um momento de disputa e da importância do Fórum saber o que vai querer.

Regina (FASE) – Agradece em nome da coordenação (cita as entidades que integram a coordenação) a presença de todos/as e ressalta a riqueza do momento: o conjunto de entidades envolvidas no processo, ONGS, sindicatos, movimentos sociais, trabalhadores, universidades, entidades, apoiadores, parceiros e a possibilidade de troca. Agradece aos parceiros e apoiadores, lembrando as discordâncias fazem parte do processo e possibilitam avançar. Encerra dizendo que serão três dias de muitos debates e aponta como desafio discutir as questões de gênero e raça na reforma urbana, bem como trazer a juventude para a luta do FNRU. Lembra que serão três dias para tirar uma agenda de luta na perspectiva de avançar cada vez mais na construção de cidades justas e democráticas.

ANÁLISE DE CONJUNTURA - CENÁRIO DA LUTA DE REFORMA URBANA

Marcos Cosmo: Afirma que é um momento importante para o Encontro e apresenta Cleide Bernal como economista, professora da UFCE, diretora em Planejamento Urbano, sócia e fundadora da EQUIPE (Escola de Formação Quilombo dos Palmares).

Cleide Bernal - Agradece o convite e afirma a importância do encontro ser no Nordeste. Diz não ter participado ativamente no FNRU, mas estar acompanhando o movimento (mobilização) e os debates. Avalia que o momento é especial para a troca de idéias, pois já se trata de uma conjuntura pré-eleitoral. Aponta para a necessidade de olhar as questões que se relacionam na conjuntura econômica nacional e internacional. Diz que ouviu todas as falas anteriores dos militantes e instituições e teve a impressão de que o momento era de grande festa, sem crise alguma. Reflete que pensar positivamente pode ser bom, mas defende a importância de olhar para o momento de crise com mais profundidade. Afirma que a conjuntura é de crise

e não de pós – crise. Lembra que há uma projeção para taxa de PIB de 0%, portanto, defende que não se saiu da crise. Articula as mudanças da economia mundial que têm reflexo no Brasil e nas cidades e que interferem na construção de uma política de desenvolvimento urbano mais justa e sustentável. Compara a crise dos anos 70 com a crise atual, que deixando de lado a grande recessão de 29, se configura como a mais profunda do capitalismo. Defende que a partir daí há uma urgência dos EUA em construir uma moeda forte, o que a partir de 30 já é uma realidade, e em 45 se consolida. Retoma que em 1945 a Conferência de Bretton Woods institui a intervenção do Estado da economia e em 1973 há um agravamento da crise internacional do capitalismo, onde se presenciou o agravamento com a queda do fordismo e a desmontagem do modelo estatal. Lembra que nos anos 80 aconteceram muitas mudanças no que diz respeito ao alargamento do neoliberalismo e defende que o que Woods chama de globalização não é globalização e sim financeirização, com a economia objetivando produzir dinheiro e não mais produzir riquezas. Argumenta que em 2007 – 2008 há um agravamento da desregulamentação financeira nos países capitalistas, que acontece pelo endividamento profundo dos consumidores norte americanos e das pessoas da zona do euro. Com a renegociação das dívidas, aumenta o consumo de bens e eletrodomésticos. Esclarece que a diferença é que os imóveis custavam muito mais caro e se desvalorizaram rapidamente e com isso o endividamento tomou grandes proporções. Argumenta que a especulação financeira nasce como uma bolha imobiliária e defende que não era uma bolha e sim um balão enorme causando a desalavancagem (termo utilizado pelos economistas). Avalia que essa crise para o Brasil e para os países emergentes foi leve, acontecendo nos países capitalistas muito fortemente. Cita a China como exemplo de país que perdeu muito menos, e a Rússia como um país que sofreu profundamente. Lembra que em 2008 o governo afirmou que a crise não iria chegar no Brasil, e que em fevereiro de 2009 a crise chega, fazendo com que o governo lançasse o programa ‘Minha Casa Minha Vida’ como uma estratégia para enfrentá-la, recuperando as políticas Keynesiana. Explicita que o FMI, o G20, os países da união européia estão repensando a economia mundial e propondo a formação de um banco mundial. Retoma que essa proposta já tinha sido lançada por Keynes em 1944, na Conferência Nacional de Bretton Woods. Destaca que outra crise é a ambiental – que não está separada da crise financeira – e foi provocada pela modelo de industrialização que utiliza energias esgotáveis. Avalia que a ação do governo para minimizar a crise foi a aplicação de políticas anticíclicas keynesianas: política fiscal muito forte, principalmente para o setor automobilístico e de eletrodomésticos (linha branca), isenção parcial ou total de juros. Descreve que essa política teve impacto profundo nas cidades. Cita como exemplo a venda de 5.000 carros a mais do que se vendia antes em Fortaleza, sem pensar a reorganização do tráfego. Defende que essas medidas não foram pensadas para as cidades e sim para preservar os setores industriais. Argumenta que outra linha de política muito forte foi o PAC (Plano de Aceleração do Crescimento) que foi implantado como um projeto forte, onde programas de habitação e saneamento foram ampliados, no sentido de produzir, com o programa ‘Minha Casa Minha Vida’, 100 mil casas. Questiona porque o PAC para habitação não pode ser acessado para requalificação dos centros históricos, por exemplo. Defende que só pode ser acessado para

construção de casas novas porque a construção civil e as obras públicas geram empregos. Lembra que todos os governos fizeram isso. O que pode ser comparado às políticas de emprego utilizadas nos governos militares (dar emprego para tirar o país da crise) beneficiando o setor privado, para criar obras e gerar empregos para tirar da crise, que também é anticíclica. Afirma que a construção civil e obras públicas são investimentos multiplicadores dos lucros das empresas e que nas crises internacionais o mercado consumidor é o alvo. Justifica que os bancos vêm aplicar recursos no Brasil no setor imobiliário, porque querem saber de lucro e de construir casas para quem pode pagar. Com o mercado consumidor alto, os bancos ampliam os financiamentos no setor imobiliário. Recupera a informação de que os bancos dobraram o seu faturamento. Os empréstimos da caixa cresceram mais de 50%, o do Bradesco mais que duplicou, o Santander triplicou. Defende que o projeto 'Minha Casa Minha Vida' foi um projeto com muita propaganda e comenta que a revista carta capital apresentou uma matéria citando que o projeto foi concebido por Dilma Rousseff e onze representantes das incorporadoras interessados na área. Explicita que o 'Minha Casa Minha Vida' gerou um aumento do preço da terra urbana e questiona quanto a sustentabilidade ambiental e o respeito aos limites territoriais e ao plano diretor das cidades. Reflete que as ações do governo brasileiro para a crise têm a intenção de criar um fundo social a partir do recurso do pré sal. Lembra que os estados produtores (São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo) não abrem mão dos recursos e associa o contexto do pré sal à conjuntura de enfrentamento da crise no sentido de pensar uma política em longo prazo. Cita os projetos das siderúrgicas e refinarias que têm apostado no Nordeste. Avalia que há uma lentidão na produção do metanol e biodiesel e que os produtores não apostaram na produção de oleoginosos frente ao aquecimento global. Assim, destaca alguns desafio para os movimentos populares e para as reflexões do FNRU em momento pré eleitoral e na conjuntura de retomada do crescimento: (i) Qual a capacidade de intervenção dos movimentos populares hoje nas políticas do governo? A relação de "cooptação"? Lembra que muitas pessoas dos movimentos hoje estão nos espaços do governo. Questiona se a intervenção dos movimentos vão se dar dentro ou fora do aparelho do Estado; (ii) Quem planeja os espaços na cidade é o Estado ou o capital incorporador que transforma o espaço urbano? Questiona se é esse capital que se quer; (iii) Qual a configuração do Estado atual? Explicita que o ministro das cidades é um representante da construção civil. Questiona se é possível confira no Estado que se tem; (iv) Qual o modelo de cidade que se quer quando se vive em um contexto de violência crescente que se expressa muito mais contra os pobres e contra os negros; (v) Destaca que o risco ambiental nas cidades está crescendo sem nenhum cuidado. Defende que é preciso pensar no modelo de desenvolvimento e em como transformar as cidades para que sejam mais justas e mais sustentáveis. Ressalta que a Copa do mundo de 2016 e as olimpíadas em 2014 resultarão em construções de estruturas gigantescas. Questiona sobre os impactos para as cidades. Cita a fala do Professor 'Vainer' quando diz: 'A cidade é um campo de forças e quem tem força leva'. Nesse sentido questiona se a força é dos movimentos ou do capital incorporador? Finaliza concordando que construir outro modelo de cidade significa ter uma ação forte do Estado no sentido de mediação nessa construção.

INTERVENÇÕES

Marta Almeida – (CMP /PE) – Destaca a necessidade de dedicar mais atenção para a segurança das mulheres e para o tamanho das casas construídas pelos atuais programas de habitação, que não respeitam as diversidades. Cita como exemplo as pessoas que têm terreiros em suas casas. Reafirma a necessidade da participação do movimento negro no debate.

(XXX) – Diz que é preciso colocar em xeque os fundamentos do colonialismo, e discutir o poder local pelo neoliberalismo, a consequência da crise, a soberania e o projeto de nação. Afirma a importância da construção de um projeto que possa fazer articulação entre os dissensos na questão urbana e regional, e fortalecer a ideia de que o projeto de nação precisa de cidades protagonistas.

Neidinha (FAMCC-PI)- Parabeniza a coragem da Professora Cleide Bernal e diz que no ponto do “Minha Casa Minha Vida” os movimentos estão em desigualdade. Avalia que as pessoas que têm renda de 01 a 03 salários mínimos não poderão pagar as prestações quando as casas estiverem prontas, e o Estado também não terá condições de pagar. Destaca outra questão que é mudança climática, defende que é preciso trazer para a pauta da Reforma Urbana, a exemplo de Santa Catarina. Avalia que não é somente um discurso ecológico, e as populações são sempre criminalizadas. Lembra que os Estados mais afetados no Nordeste são os que tiveram menos ações preventivas. Afirma que é preciso montar estratégias ofensivas e pegar a parte do bolo que cabe aos movimentos.

Serginaldo (CMP) – Defende que a crise que está colocada é a crise do sistema capitalista, que a especulação financeira vem do seio do capitalismo e que não existe saída para a crise, porque ela vai reaparecer periodicamente. Argumenta que o neoliberalismo e liberalismo negaram o papel do Estado, no entanto no momento de crise recorrem ao Estado. Avalia que o mercado é responsável pela crise. Defende que casa, saneamento e educação são exigências na construção das cidades justas, mas que não se pode construir isso sem enfrentar o latifúndio urbano. Diz que o governo quer acabar com a crise socorrendo o setor imobiliário. Lembra que a América Latina tem grande enfrentamento popular. Defende que um governo socialista é o único capaz de resolver as questões postas.

Moisés - Parabeniza a fala da Professora Cleide. Sobre a questão do ‘Minha Casa Minha Vida’ diz que só foram destinados 30% para quem tem renda de 0 a 3 salários mínimos., mas que a demanda é bem maior. Denuncia que os empresários e donos de construtoras são os que pegam a maior parte dos recursos para construir casas para a burguesia. Argumenta que o ‘Minha Casa Minha Vida’ veio para gerar mais conflitos urbanos dentro das cidades. Sobre o Plano diretor, diz que no Pará não funciona porque não é aprovado na Câmara. Sobre a reforma urbana diz que é preciso fazer o debate descentralizado também no sul. Defende que não se pode esquecer a periurbana, que já tem gerado renda.

Paulo Andre – Vê a participação do Fórum como forma de resistência ao projeto perverso que está posto. Diz que não consegue ver a cidade desejada nesses exemplos de onde aperta nos momentos de crise. Defende que o papel dos Movimentos Sociais é não se contentar com pouco, com concessões. Em Pernambuco não foi construído nenhuma casa para as pessoas de 0 a 3 salários mínimos. Diz que esse discurso incomoda ao governo. Questiona se são os pobres ou moradores das favelas que têm sua economia aquecida. Avalia que o Movimento faz uma marcha e depois da concessão acaba. Defende que é preciso construir um projeto de sociedade, porque infelizmente ainda é preciso conviver com políticas compensatórias. Reforça a importância de mobilizar e ir para as ruas. Entende que é isso o que fará mudar. Argumenta que é preciso radicalizar e não aceitar concessões.

Jetson (FAOR) – Diz que é preciso olhar para a questão do Pará. Lembrar da Amazônia, das dificuldades com o latifúndio e das empresas mineradoras sucateiam os Estados. Defende a importância do reconhecimento das populações quilombolas e ribeirinhas, e da dificuldade do reconhecimento dos limites rurais e urbanos. Nesse sentido aponta que a reforma urbana tem que ser descentralizada.

Luiz (CMP/ Paraná) – Destaca a importância da diversidade na formação da plenária. Diz que as crises do capital são cíclicas e que a cidade é espaço, e essencialmente terra (disputa de grilagem). Lembra das dificuldades na relação com o governo e o necessário enfrentamento aos alçózes oligárquicos do país que constroem o controle territorial. Aponta para a necessidade de ocupar os conselhos e durante a 4ª Conferência das cidades aliar a visão acadêmica à popular.

Donizete – Retoma que a habitação popular no Brasil sempre foi construída com o FGTS, ou seja, com o dinheiro dos trabalhadores. Questiona o que cabe aos Movimentos, lutar para que os conselhos sejam democráticos? Defende que o Estatuto das cidades foi um avanço e questiona o que o movimento tem feito para protegê-lo. Defende que enquanto o movimento não se organizar e construir o poder popular vai ficar chorando.

Juarez – Diz de sua preocupação com meio ambiente. Como ponto de referencia cita que há as ZPA (Zona de Preservação Ambiental), porem, denuncia que o próprio governo está invadindo a ZPA. Questiona como isso pode ser admitido se o movimento não pode construir casas e o governo invade.

Idelfonso - (FAOR / Amapá- CONAM) – Lembra que o Brasil vem sendo penalizado desde século XVIII. Diz que a crise de 29 se reflete na crise atual, e que a válvula de escape está na construção civil. Avalia que os investimentos do governo federal não serviram como garantia de emprego. Diz que o norte do país é sempre esquecido. Cita a dificuldade em alimentar a reforma urbana fazendo a relação entre os limites urbanos e rurais.

Idelmário – Diz que o que diferencia a crise atual é a quebra das empresas, a construção de monopólios e demissão em massa. Defende que dessa vez não é demissão, construção de monopólios e os instrumentos

utilizados não são do governo atual. Registra que os movimentos conseguem se apropriar também de parte dos programas como o 'Minha Casa Minha Vida'.

Celso – Reflete que sua contribuição é no sentido de se fazer um olhar mais profundo, que perpassa em quem paga pela crise. Defende que a raiz da causa é o sistema capitalista que produz as desigualdades e os conflitos urbanos. Sustenta que a região amazônica tem uma identidade específica. Reflete sobre o desafio com os meios de comunicação que se configuram como o quarto poder no país. Faz uma crítica quanto a ausência do tema 'comunicação' na programação do encontro, nas vésperas da Conferência Nacional de comunicação. Defende que é preciso pensar em estratégias radicais. Ressalta a importância da formação para a construção de um novo modelo de sociedade.

Vidal - Traz a crítica para os movimentos sobre o que se tem feito para apropriação do conhecimento produzido dentro das universidades públicas. Retoma que durante o milagre econômico o governo também investiu em banqueiros e na indústria automobilística para a superação da crise. Avalia que não se constrói casas nos espaços urbanos com saneamento, água, etc. Reflete que os grandes conjuntos habitacionais feitos com recurso do PAC são para atender ao mercado imobiliário.

Considerações finais da mesa

Cleide Bernal – Diz que antes de sua fala houve uma mesa que se posicionou destacando como o movimento de reforma urbana tem sido de extrema importância para impulsionar a política urbana no Brasil. Argumenta que atualmente há uma conquista desse movimento em termos de política. Sustenta que não quis repetir algo que foi muito dito. Quanto à análise do 'Minha Casa Minha Vida' defende que não avaliou como não sendo importante. Reafirma que questionou sobre a suficiência para os movimentos em ficar só no aparelho do Estado diante da fúria do capital. Defende que o Programa 'Minha Casa Minha Vida' tem extrema importância, mas avalia que ele foi midiático para dizer que era uma resposta às necessidades de moradia. Argumenta que cita Fortaleza porque conhece a realidade. Lembra que a faixa de 04 a 10 salários mínimos é o mercado formal, pelo qual as incorporadoras têm muita ânsia e reflete que para a moradia popular não está funcionando. Questiona sobre os latifundiários urbanos e sobre a inadimplência dos financiamentos dos Programas. Defende que o que cabe ao Movimento é garantir para que não haja a velha higienização que já se conhece. Diz que os movimentos precisam continuar participando ativamente para conseguir moradias em condições de habitabilidade. Lembra que a partir da crise do fordismo há um deslocamento de indústrias por todo território, indo para os lugares onde o solo urbano é mais barato e também onde a ação sindical é menor visando mais valia relativa mais alta. Diz que as indústrias vêm com incentivos fiscais e reproduz desigualdades para a cidade. Atualmente as cidades guardam grande número de trabalhos informais porque não encontram trabalhos, ou encontram com salários muito baixos. Defende que os planos diretores em Belém não são aprovados porque os governos são comprometidos com os lobbys, como em muitas cidades. Cita que em

Fortaleza o Plano Diretor foi aprovado, mas as Zeis não foram regulamentadas. Agradece a participação em um debate com tantas lideranças fortes e diz que o debate provocativo é importante para o aprendizado mútuo.

ATUALIZANDO A AGENDA E O IDEÁRIO DA REFORMA URBANA

PAINEL 1: Direito à Cidade e os Conflitos Sociais Urbanos.

Coordenação: Tânia Diniz (CFESS)

Orlando Junior (Observatório das Metrôpoles/UFRJ)

Valdelene (CMP/ PE)

Tânia Diniz (CFESS) – Retoma a criação de um GT com o objetivo de se trabalhar a atualização da agenda do Fórum. Diz que a idéia era elaborar um documento de referência que serviria para um roteiro de entrevistas feitas com sujeitos na luta pela reforma urbana. Evidencia que a idéia inicial era apresentar o resultado parcial desse trabalho no momento do Encontro do FNRU, mas aponta que houve problemas com os prazos. Lança a proposta para que o GT apresente um documento de referência inicial, a ser feito por Orlando, e que posteriormente Valdelene faça considerações sobre o documento antes de se abrir para o debate. Diz que a idéia é que sirva como subsídio para os grupos no trabalho do dia seguinte e que posteriormente o GT dará continuidade fazendo as entrevistas previstas. Ressalta que proposta é que o documento final seja apresentado em fevereiro de 2010.

Orlando Junior (Observatório das Metrôpoles/UFRJ) – Diz que a expectativa é de que os pontos levantados sejam orientadores das discussões nos três dias. Assinala que como o roteiro visa abrir a discussão com vários segmentos sociais apresenta poucas afirmações e muitas questões para reflexão. Afirma que a intenção não é apresentar respostas e sim questões orientadoras da reflexão, e que fará uma tentativa de resumo dos principais pontos na perspectiva do FNRU avançar mais um pouco. Destaca que fez um exercício de tentar identificar temas utilizados no documento que apontem por onde caminhar. Apresenta o roteiro baseado em três pontos: 1. Diagnóstico (como surgiu a agenda da Reforma Urbana); 2. Sistematização dessa agenda e 3. Roteiro de questões motivadoras à discussão com as pessoas que serão entrevistadas. Sobre o diagnóstico destaca três elementos centrais: O surgimento da luta pela Reforma Urbana é decorrente das desigualdades sociais que separa espaços para ricos e pobres. Diz que é um fator determinante que impõe ônus ao conjunto da sociedade que se torna obrigado a buscar moradia nas áreas distantes e desprovidas de serviço público. As pessoas mais pobres arcam com maiores custos de transportes e serviços urbanos. Ressalta que seu objeto é a propriedade privada de terra. O uso do solo urbano. Alerta para a o reconhecimento de que viver nas cidades necessita de acesso ao solo urbano, o que é mediado pela propriedade privada da terra. Sugere que a partir do diagnóstico se busque identidades, diferentes agentes e interesses (capital fundiário, imobiliário, serviços urbanos, obras públicas, classes populares, elites, etc). Ressalta que cada um participa diferente e tem lógicas diferentes e entende que é a aliança desses agentes que conforma o padrão das cidades. Apresenta algumas características do movimento de reforma urbana, como o enfrentamento das desigualdades sociais e o uso da terra. Fala do surgimento de uma base teórica e da construção de um conceito chave de espoliação urbana. Defende que as proposições que sintetizam a proposta da reforma urbana podem ser

sistematizadas nos seguintes pontos: a) A afirmação do direito à cidade e da função social da propriedade e da cidade como princípios fundantes da reforma urbana, significando o uso socialmente justo e equilibrado do espaço urbano, cujo o diagnóstico parte das desigualdades sociais na cidade; b) a instituição da gestão democrática da cidade, pela adoção de mecanismos que institucionalizam a participação direta da população no governo da cidade, com a finalidade de fortalecer as esferas públicas e ampliar o espaço da cidadania ativa; c) a implementação de reformas nas relações intergovernamentais com a descentralização e municipalização da política urbana, com o objetivo de aproximar o governo dos cidadãos, permitir o controle social e melhorar a efetividade na implementação das políticas públicas; d) o fortalecimento da regulação pública do solo urbano, com a introdução de novos instrumentos de política urbana que garantam o funcionamento do mercado de terras condizente com o princípio da função social da propriedade imobiliária e da justa distribuição dos custos e benefícios da urbanização; e) a inversão de prioridades no tocante à política de investimentos urbanos, de forma a favorecer o atendimento das necessidades coletivas das classes populares submetidas a situações de desigualdades sociais decorrentes da 'espoliação urbana', ou seja, da regulação seletiva do acesso ao uso da cidade, que incide sobre as diferenças entre as classes e camadas sociais, reproduzindo e fortalecendo as distâncias sociais produzidas pela distribuição de renda operada pelo mercado de trabalho, mas também, e de forma importante, da regulação seletiva do acesso ao uso da cidade; f) a afirmação de uma nova concepção de planejamento urbano fundada na idéia do planejamento politizado. A partir da identificação do espaço urbano como uma arena onde se defrontam diferentes interesses em luta pela apropriação de benefícios em termos de geração de rendas e obtenção de ganhos de origem produtiva ou comercial, por um lado, e em termos de melhores condições materiais e simbólicas de vida, por outro – traduzido nos conflitos em torno das definições entre o valor de uso e o valor de troca do uso do solo e suas benfeitorias –, é proposto um planejamento politizado, capaz de gerar um pacto territorial em torno dos direitos e garantias urbanas. Assim, argumenta que o próprio plano diretor é redefinido como um instrumento de planejamento de afirmação da reforma urbana. Retoma que nas diferentes conjunturas políticas, esses princípios foram materializados em plataformas da reforma urbana elaboradas pelo FNRU, com propostas vinculadas aos espaços institucionais de formulação e gestão das políticas urbanas, construídas com base na leitura dos problemas urbanos, dos principais conflitos deles decorrentes e da demandas dos atores sociais envolvidos com a luta pela reforma urbana. Diz que apesar de sofrer alterações e atualizações permanentes, defende que, durante o período analisado, sinteticamente, as plataformas da reforma urbana estiveram centradas nos seguintes pontos: 1. A elaboração dos planos diretores como instrumento de reforma urbana; 2. A aprovação do Estatuto das Cidades; 3. A aprovação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, a reivindicação de recursos orçamentários da União para este fundo e o acesso aos recursos pelas cooperativas habitacionais; 4. A promoção de ações no sentido de evitar as ações de despejo contra a população sem-teto que ocupa imóveis vazios ou terrenos irregulares que não cumprem sua função social; 5. A promoção de ações visando a regularização fundiária das favelas e assentamentos informais, e a

utilização dos imóveis públicos vazios e das terras da união e dos estados para projetos de habitação para a população de baixa renda; 6. A aprovação da lei nacional de saneamento ambiental e a promoção de políticas visando a universalização do acesso aos serviços de saneamento ambiental, com destaque para a universalização do acesso água e a coleta de esgotos domiciliares; 7. A aprovação de ações visando a promoção do acesso ao transporte público de qualidade com redução das tarifas; 8. A incorporação de mecanismos de participação popular e de controle social, através do fortalecimento do Conselho Nacional das Cidades e da Conferência Nacional das Cidades e da difusão desses canais para os estados, municípios e o distrito federal, como base de um Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano; 9. A promoção de políticas visando a universalização dos direitos humanos como base da política de segurança pública, e o fim dos processos contra lideranças e da criminalização dos movimentos sociais; 10. A elaboração da plataforma de gênero e o direito à cidade, construída em diálogo com a Marcha Mundial das Mulheres, afirmando reivindicações e direitos vinculados à promoção da igualdade entre homens e mulheres na dinâmica urbana. Ilustra como esses pontos estão ligados às reivindicações concretas. Avalia que a conjuntura (nacional e internacional) mudou e diz haver uma sensação de que tanto o diagnóstico precisa ser atualizado, como a própria agenda e as plataformas concretas. Apresenta um roteiro de questões para a atualização da agenda da Reforma Urbana: a) Defende a necessidade de avaliar o diagnóstico que fundamentou a agenda da reforma urbana (pontos de concordância e discordância com a sistematização apresentada ou elementos que fizeram parte do diagnóstico e que estão ausentes). Questiona se a avaliação do diagnóstico tá correta ou incorreta, e em que ponto; b) Questiona sobre quais alterações podem ser acrescentadas no diagnóstico, decorrentes das transformações contemporâneas na dinâmica das cidades (tais como a globalização contemporânea, a financeirização, a relação entre governo e sociedade, formas de governança urbana, a questão ambiental, atores sociais, etc.). Questiona como a cidade tem sido hegemonicamente tematizada contemporaneamente. Cita como exemplo que vem a sua cabeça a formulação da ‘cidade empresa’ ou a ‘cidade mercado’. Questiona se é possível dizer que há outro paradigma que se contrapõe a cidade empresa vinculada à idéia do direito. Questiona ainda quais seriam os principais agentes envolvidos na produção das cidades e quais suas lógicas de atuação. E ainda se há mudanças na lógica desses agentes produtores das cidades; c) Na atualidade quais os principais conflitos urbanos (considerando as diferentes escalas: a dinâmica global, a dinâmica centro-periferia, a dinâmica regional, a dinâmica urbano-rural, a dinâmica metropolitana, e a dinâmica intra-municipal). Propõe identificar e refletir a diversidade de conflitos buscando perceber diversidade multicultural e multi escalar e nesse sentido verificar uma eventual predominância em diferentes escalas. Ainda sobre os conflitos, questiona que lugar eles ocupam em torno da moradia, do saneamento ambiental e do transporte e mobilidade. Pergunta se existem conflitos estruturalmente mais importantes, qual a dimensão de classe dentro desses conflitos e que elementos podem unificar essa dimensão dos conflitos; d) Quais os conceitos teóricos fundamentais para compreender a dinâmica urbana contemporânea (Retoma que um dos conceitos fundamentais que fundamentava a leitura da dinâmica urbana anteriormente era o conceito de

espoliação urbana). Questiona se este conceito precisa ser revisto atualmente e que novos conceitos podem contribuir para elucidar a compreensão da dinâmica urbana sob o capitalismo contemporâneo. Apresenta alguns dos novos conceitos – (Alguns teóricos comprometidos com os movimentos):

- *‘Acumulação por espoliação’* - Mecanismo pelo qual o capitalismo ta sempre expulsando áreas para depois revalorizar e retomar o espaço;
- *‘Nova governança pelo capital’* – Empreendedorismo urbano
- *‘Coerência regional’ e determinadas ‘alianças de classe’*
- *‘Cidades caça’* – Disputa predatória entre todos na cidade.
- *‘Estado de exceção’* – (Chico de Oliveira)
- *‘Marginalidade avançada’*
- *‘Sub cidadania’* (Jesse Souza) – Naturalização da sub cidadania no Brasil.

e) Questiona sobre quais as principais reivindicações que foram formuladas pelos movimentos, segmentos ou entidades nos últimos anos, quais os temas ou as lutas geraram mais engajamento nos últimos dois anos.

f) Pergunta que pontos da agenda da reforma urbana permanecem válidos na atualidade, que pontos foram superados, que pontos necessitam ser aprimorados e que pontos precisam ser acrescentados nesta agenda. g) Como avaliar a atuação do Fórum Nacional de Reforma Urbana ao longo da sua existência, sob o ponto de vista (i) da sua incidência na políticas urbanas nacionais, (ii) na articulação dos atores, (iii) da legitimação da agenda da reforma urbana na sociedade; (iv) da articulação com outras agendas sociais; (v) da articulação com outras políticas, especialmente com a política econômica e com a política ambiental; (vi) da disseminação da luta pela reforma urbana no país, (vii) da sua relação com o governo, (viii) da relação com a agenda da reforma urbana na América Latina; (ix) da questão da comunicação; (x) outros aspectos (que podem ser agregados). Defende que a luta pelo direito à Cidade está no centro da luta contra o capital, e finaliza apresentando algumas interpelações: (a) a questão da intersetorialidade das políticas (envolvendo não somente as políticas urbanas setoriais, mais também a política econômica, a política ambiental e as demais políticas sociais). (b) a economia da cidade (desmercantilização, o caráter redistributivo); (c) os canais de participação e gestão democrática (seus limites e possibilidades) e, dentro deste ponto, a questão da cooptação versus autonomia; (d) as formas de luta e pressão utilizada pelos atores sociais; (e) a questão do sujeito social protagonista da agenda da reforma urbana (que movimentos sociais encarnam a proposta da reforma urbana, o caráter da coalizão social em torno do Fórum Nacional da Reforma Urbana; (f) a questão das lutas e reivindicações de caráter identitário (gênero, etnia, juventude, etc) e a questão urbana; (g) a dimensão utópica (o direito à cidade, cidades justas, sustentáveis e democráticas) capaz de unificar o conjunto das lutas urbanas e apontar para uma nova sociedade, a luta contra a cidade capitalista.

Valdelene (CMP/ PE) – Diz querer devolver a provocação discutindo a questão dos conflitos urbanos e a partir de um aprofundamento político da atuação do FNRU, com sua pluralidade e diversidade. Fala sobre a criminalização dos movimentos sociais pela mídia e do discurso da rede Globo

e do SBT sobre a ação do MST na plantação de laranja, criminalizando o movimento. Enfatiza que a terra da plantação de laranja é do governo, terra de grileiros. Defende que é preciso apoiar ações puxadas pelos movimentos, pelos que se levantam no sentido de radicalizar a luta. Alega que o governo atual tem construído muitos espaços de debates, a exemplo das conferências, mas não se avançou nas propostas do Movimento. Avalia que o Movimento tem se conformado com esses espaços, apostado como únicos espaços de luta e dizendo que já basta. Defende que não basta e que a análise dos conflitos urbanos tem que ser de base política. Diz que alardeia a crítica não ao governo e sim ao movimento. Diz acreditar na importância de se discutir as diferenças dentro do FNRU para se avançar na luta, e que isso precisa ser feito para além dos seminários e para além das conferências. Avalia que o FNRU pode fazer muito mais do que tem feito.

INTERVENÇÕES

Dilce Feitosa – Diz que foram muitas as provocações. Avalia que se tem um modelo econômico de exclusão e questiona, a partir disso, quando o Fórum pautará que o modelo não funciona e de que forma ele será enfrentado. Ressalta que discussões sobre Conferências de saúde e ambiental, integração das políticas, economia solidária e alimentar e política de assistência social, não são feitas no espaço do FNRU.

Luiz – Defende que é preciso considerar primeiro o paradigma do enfrentamento direto contra o latifúndio. Diz ser fundamental rever como tem sido o acompanhamento da conjuntura. Concorde com Valdelene de que não se pode contentar com as conferências, etc. Questiona sobre qual é a cidade da utopia? A da TV? A da polícia? A cidade caos, catástrofe? Diz que os GTES nos estados que estão tratando temas da união, e questiona como eles estão funcionando a fim de cumprir suas funções sociais. Questiona se o Fórum de Reforma Urbana vai trabalhar a cidade da forma positiva ou negativa.

Emília – (FERU/ GT Meio ambiente Recife) – Destaca que foi provocada pelas questões postas no tocante a construção dos novos paradigmas, e entende que realmente é preciso mudá-los. Afirma que as leis brasileiras são elogiadas no mundo inteiro, e defende não ser preciso inventar novas leis e sim exigir sua aplicabilidade. Avalia que é preciso parar para avaliar os processos das Conferências, pois as propostas construídas nos espaços democráticos não são aplicadas pelo governo.

Iremar - Lembra que desde a 1ª Conferência a criação do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano seria o instrumento para pensar gestão, planejamento e orçamento para a política urbana que não se tem. Sobre o Estatuto das cidades diz ser preciso analisar o que se conseguiu implementar. Avalia que o Fórum já foi mais efetivo, já foi espaço de melhor aprofundamento, que atualmente há um refluxo, não conseguindo combinar a relação de ONG's e movimentos sociais. Defende a importância de repensar essa relação. Questiona o que se deixou de fazer nesse tempo. Sobre a ação do MST argumenta que às vezes o problema é o método (não convencional), que refletem negativamente na sociedade por melhor que seja a utopia.

Nelson Saule – (Instituto POLIS) – Ressalta a contribuição que a luta pela reforma urbana teve na intenção de construir e unificar uma plataforma política. Avalia que se perdeu essa perspectiva enquanto estratégia política. Argumenta que se deve incorporar as agendas sociais dos movimentos urbanos que não estão no FNRU. Lembra que o plano diretor não foi uma proposta do movimento, foi incorporado pelos setores conservadores e defende que se utilize o plano diretor como instrumento de apoio a luta. Destaca a importância de se discutir a questão da propriedade pública, que avalia ter uma intervenção tímida do movimento. Reforça que a gestão sobre as políticas das terras públicas deve estar na agenda do FNRU, bem como utilizar o que existe de regime de propriedade coletiva e individual. Defende que é preciso definir estratégias para garantir que a moradia seja entendida como serviço público, discutir a questão ambiental e o uso da propriedade. Fala sobre os conflitos entre os ambientalistas e a reforma urbana e o direito à água. Concorda com o conceito de direito à cidade exposto na mesa e acrescenta que é preciso garantir direito para as atuais e futuras gerações. Acredita que o Movimento deve passar por um processo de internacionalização e trabalhar as questões culturais entendendo que não é só o capitalismo que é o gerador dos preconceitos e discriminações nas cidades. Encerra enfatizando a necessidade de focar no tema da violência urbana.

Matos – (União Nacional de Moradia Popular) – Assume que sentia falta de uma análise de conjuntura, com a necessidade de pontuar a participação histórica das conquistas e apontar análises e questões. Cita Roni Barbosa quando diz: “entre a cidade e a cidadania há um imenso vazio urbano”. Defende que é esse vazio que é preciso discutir. Argumenta que é preciso fazer uma análise sobre o formato do FNRU e se cada um sabe seu papel dentro do fórum. Sobre os conflitos urbanos defende que o fórum está com uma agenda institucionalizada. Reflete que ao passo que se está dentro de um seminário a polícia está batendo e expulsando. Defende que enquanto se estiver nos seminários não se fará nada! Em relação à Conferência argumenta que elas existem para que se possa conferir.

Cirlene – (Movimento Nacional de Luta por Moradia / BA) – Fala sobre os conflitos fundiários e sua indignação com os despejos, principalmente os que ocorrem em áreas nobres levando as pessoas para projetos na periferia. Compartilha que já foi despejada duas vezes da ocupação. Diz estar negociando com o governo que não quer investir em habitação popular, alegando alto custo e falta de área. Avalia que essas áreas que o governo diz inexistir aparecem para a construção de condomínios de luxo, grandes prédios e para o favorecimento dos empreiteiros. Questiona que inclusão social se quer e de que maneira o FNRU está trabalhando para quebrar verdadeiramente esse cenário? Lembra que existe uma jurisprudência conservadora que assina os nossos despejos todos os dias. Reflete que as futuras gerações não terão mais lugar e que diante de desigualdades e exclusão as pessoas se revoltam. Defende que moradia digna não é levar as pessoas para um lugar onde não há sustentabilidade.

Celso – Diz que os paradigmas e concepções vão nortear o debate. Defende que um dos elementos importantes é a discussão sobre a revitalização das energias e a potencialização das experiências boas que existem nos

movimentos populares. Afirmar que com relação às desigualdades sociais, ambientais, econômicas e políticas a migração continua também nas cidades urbanas amazônicas. Ressalta que há uma diversidade regional na Amazônia, na região Norte e Nordeste, e aonde as políticas não chegam. Cita como exemplo a Ilha de Marajó onde com toda diversidade ambiental as pessoas não têm uma vida digna. Defende que as lutas históricas e básicas (saúde, educação e água potável) sejam reafirmadas, por serem como princípios de vida para o povo. Apresenta propostas da região Norte: incorporação das diversidades periurbana existente no país; adequação das políticas governamentais diferente a cada realidade Amazônica e sustentabilidade socioambiental.

José Tobias – (MTST/ Belém) – Defende que os conflitos são histórias reais nas vidas das pessoas do Movimento. Lembra que os corredores das cidades foram ocupados por grandes prédios. Denuncia que no centro de Belém, a milícia armada expulsou uma ocupação (Augusto Montenegro) para dar lugar aos condomínios de luxo e enviaram as pessoas do movimento para a periferia, onde já existem muitas ocupações. Argumenta que é preciso bater de frente com a questão da concessão de uso e que é importante a regularização fundiária, sem a qual não há reforma urbana.

João – Avalia que é preciso discutir a relação escalar e fazer o link com a primeira mesa. Defende que é complicado tirar proposições que não passem pelo contexto e pelo diagnóstico. Argumenta que a crise cria um novo contexto e que a partir do momento que o neoliberalismo entra em crise as coisas mudam. Questiona como fazer a discussão da reforma urbana sem considerar o momento da retomada da identidade nacional. Destaca que o FNRU tem percebido a diversidade do que é ‘urbano’ no Brasil e amplia afirmando que é preciso cruzar a discussão do regional e do urbano retomando a discussão de um projeto de país.

João José - Traz questões que considera importantes para o momento no debate sobre os conflitos urbanos. Diz que é preciso fazer lutas nas bases e nas ruas, apesar do governo. Ressalta que a ditadura não fez o movimento adiar, mas que diante de um governo do campo democrático o movimento fica meio perdido. Questiona se o movimento deve encarar os governos e esquecer os partidos. Diz que acredita ser uma crítica pertinente diante da situação de apatia que se encontra o movimento frente ao governo. Questiona onde estão os defensores públicos e se a mídia deve ser acessada. Defende a necessidade de se compreender mais sobre regularização fundiária. Concorde que a participação nos espaços de conselhos e conferências é importante, mas avalia que é preciso avançar para ter sucesso na luta.

Juri – Diz que a fala de Orlando o deixou extremamente confuso. Faz alguns questionamentos sobre ‘que cidade se quer’, e ‘se é possível considerar que se mora em cidades’. Defende que não existe sustentabilidade no capitalismo. Em relação ao questionamento feito sobre a mudança dos atores sociais defende que não. Reafirma que estes continuam sendo os capitalistas, os excluídos e inclui a possibilidade de se ter também os traficantes enquanto atores. Afirmar que o papel do Fórum vai ser contraditório porque ele congrega contraditórios. Quanto à utopia, acha que seria a revolução! Questiona se

essa transformação se daria pelas vias institucionais (conselhos, etc). Alerta que as cidades higiênicas ainda existem! Lembra que é só pensar no que foi a gripe suína, as cerca aos morros, etc... Por fim defende uma aproximação da linguagem a necessidade de identificar os agentes e fazer o debate de classe.

Neidinha – Agradece o empenho do grupo em tentar sistematizar o documento. Retoma avanços enquanto FNRU: Planos nacionais, e estaduais de reforma urbana. Afirma que é preciso respeitar as diversidades e construir espaços estratégicos. Ressalta que a avaliação é um instrumento importante para avançar entendendo o que não funcionou e que é preciso pensar na integração das políticas. Destaca a importância dos GTs. Evidencia a importância de trabalhar a questão de gênero, raça e classe. Avalia que as ações de gênero têm sido pontuais e não são suficientes para a demanda, enfatiza que o preconceito com a mulher é grande, mas, se ela for uma mulher negra de periferia e se viver livremente esse preconceito é ainda maior. Traduz como um novo paradigma a questão de gênero colada à questão de raça.

Tânia: Diz querer socializar algo que se discutirá nos GT's, mas já presente em várias falas que é o consenso da unidade que vem sendo discutido e construído. A idéia que trata de coalizão de diversos movimentos, ONGs e etc. Defende que é preciso retomar a dimensão de classe, entendendo que é a partir daí que as diferenças se explicitam e que podem ser superadas. Argumenta que é preciso considerar os diferentes sujeitos para que se pense na continuidade da Plataforma.

José Ricardo – Defende que a espoliação urbana e a desigualdade são pontos de convergência dentro do FNRU, e que quando se entra na discussão das plataformas as coisas mudam. Argumenta que existem divergências na plataforma e que existem também elementos de método e elementos que parecem de conteúdo. Na questão de método existe maior divergência, e parece ser onde está concentrado o maior esforço do FNRU. Assim, diz que é necessário pensar em inovar no método, imaginar outras formas de lutar. Assinala que alguns métodos ajudam a mobilizar, mas não garantem nenhum avanço. Supõe que a criatividade no método seja o ponto mais difícil. Qualifica o conselho (espaço deliberativo) e o Plano Diretor como uma questão de método. Reflete que a terra, a área, é o tema central do debate. Defende que é preciso entrar na disputa do patrimônio da união, da rede ferroviária, e nos leilões de área para shopping. É preciso falar em expropriação da terra. Quanto aos atores, diz que eles são os mesmos e não são, assim como a fábrica fordista não é mais a mesma fábrica fordista. Argumenta que como o capital se organiza na atualidade faz a diferença na hora de decidir como o movimento se organiza.

Bruno – Afirma que o diagnóstico parte do ponto de vista da compreensão de espoliação, mas toma o paradigma da desigualdade sem compreender o paradigma da diferença (ponto de vista de raça, gênero e etnia). Diz que é preciso entender o urbano também como processo civilizatório e nesse sentido é um processo que nega identidade e extermina cultura. Questiona de que urbano se fala quando se toma o ponto de partida da construção do ideário? Sugere que parece ser urbano metropolitano. Entende ser necessário

compreender a questão regional. Defende que talvez na Amazônia sejam movimentos transclassistas. Afirmar que o FNRU precisa construir novas concepções de propriedade ou reconhecer novas, a partir das próprias experiências dos sujeitos. Por fim defende que é necessário pensar como incluir a questão ambiental na reforma urbana.

Mesa: Considerações finais

Valdelene (CMP/ PE) – Reflete que por vezes é preciso desconstruir para poder construir. Defende que é preciso discutir o que é divergente! Fala da violência contra os companheiros dos movimentos lembrando do companheiro Modesto de Santa Catarina. Quanto às estratégias do MST defende que é preciso pensar quem constrói a opinião pública da sociedade brasileira. Explicita que é preciso ter unidade para divergir e que os conflitos vão existir. Argumenta que os métodos e mecanismos, os instrumentos que foram construídos têm que servir para radicalizar a luta.

Orlando Junior – Diz que o objetivo não era de responder a nenhuma das questões e sim que as respostas fossem coletivamente construídas pelo Fórum. Pede para fazer um pequeno comentário e diz que visitar a agenda não significa abandoná-la. Defende que é possível inclusive afirmá-la ou superá-la. Quanto à questão dos atores diz que não interessa somente à relação ‘capitalismo’ e ‘excluídos’, porque há alianças em determinados momentos entre eles. Argumenta que visitar isso é estudar a lógica de intervenções, visitar concepções de direito à cidade, etc. Sobre a questão de propriedade afirma que não é apenas reconhecer diversas formas de uso. Apresenta alguns elementos para a reflexão: 1. A unificação das ações significa um somatório das lutas? Ou discutir uma utopia compartilhada que seja capaz de possibilitar o debate? 2. É fundamental romper com dicotomias (URBANO X RURAL,) são dimensões da realidade; 3. Existe o direito a outro desenvolvimento geográfico e 4. Não há luta social que não acione alguma forma de ilegalidade. Portanto, acionar a ilegalidade faz parte da luta do FNRU.

LANÇAMENTO DAS PUBLICAÇÕES

O FNRU: Incidência e Exigibilidade pelo Direito à Cidade (Orlando Junior/ FNRU)

Guia da Exigibilidade do Saneamento Ambiental (Mauro/FASE)

Moradia é Central (Margareth / PÓLIS)

Cartilha Mobilidade e Exclusão Social (Juliana/MDT)

23 de outubro

ATUALIZANDO A AGENDA E O IDEÁRIO DA REFORMA URBANA

PAINEL 2: A Política e Sistema Nacional de desenvolvimento Urbano: limites e desafios para sua implementação nas diversas regiões do Brasil.

Coordenação da Mesa: Sara Pereira (Fórum da Amazônia Oriental)

Nelson Saule (POLIS)

Veruska (CONAM)

Brulho Malheiros (UFPA)

Debatedora: Vitória (UNMP)

Nelson Saule – Diz ter a incumbência de apresentar uma proposta de trabalho dentro da agenda, como desafio para a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, que considere as lutas travadas pela construção do Sistema Nacional de Desenvolvimento urbano e da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. Retoma que para pensar na agenda trouxe dados de um estudo desenvolvido pela Pólis em parceria com outras organizações, que produziram um relatório sobre alguns estados brasileiros. Compartilha que a idéia é avaliar a situação das cidades a partir de um conjunto de municípios que contemple a diversidade, no aspecto populacional, no aspecto do território, e que possa ser representativo para a verificação de quatro componentes: as dinâmicas locais, a relação com as formas; a relação com gestão municípios viabilizando a gestão democrática e compartilhando com outras gestões; e como isso se traduz na condição de vida dos habitantes. Questiona se o município que tem capacidade de gerar recursos na região, que tem financiamento, que tem uma gestão democrática, é capaz de melhorar de fato a condição de vida das pessoas. Aponta alguns elementos para análises. Quanto às premissas: (i) Os contextos regionais influenciam as cidades que se localizam em seu interior e as cidades influenciam seus respectivos contextos regionais; (ii) As cidades brasileiras se diferenciam não somente segundo seus portes populacionais e tendências demográficas, mas também de acordo com suas capacidades de polarização de regiões e redes urbanas. Essas capacidades de polarização são definidas segundo variáveis políticas, econômicas e locais; (iii) As desigualdades sócio-econômicas existentes entre as cidades, relacionadas com suas inserções regionais e conexões como fluxos da economia nacional e internacional, influenciam as tendências demográficas locais; (iv) O crescimento acelerado ou estagnação populacional das cidades brasileiras tem com relação com as dinâmicas econômicas existentes, independentes dos portes populacionais e (v) As cidades brasileiras se distribuem de modo heterogêneo nos territórios do país. Quanto às tendências hipotéticas: (i) Crescimento e adensamento populacional das periferias urbanas das regiões metropolitanas das capitais estaduais, principais pólos urbanos do país, segundo padrões desiguais de acesso à terra e degradação ambiental; (ii) Deterioração e despovoamento das áreas urbanas centrais das metrópoles; (iii) Consolidação da frente de

urbanização associadas com crescimentos das fronteiras da agropecuária no Cerrado e na Amazônia com degradação ambiental, conflitos fundiários, déficits de urbanidades e tensões com populações tradicionais; (iv) Crescimento urbano, econômico e populacional de cidades localizadas em áreas de extração mineral e vegetal de exploração e processamento do petróleo também com degradação ambiental, conflitos fundiários, déficits de urbanidade e tensões com populações tradicionais; (v) Crescimento urbano, econômico e populacional de cidades que polarizam regiões localizadas tanto nas proximidades da zona costeira quanto no interior do país, em especial da zona costeira quanto no interior do país, em especial junto à calha do rio Amazonas e dos eixos das rodovias Brasília-Cuibá-Porto Velho-Rio Branco, Belém-Brasília e, de modo mais incipiente, Cuibá-Santarém, também com degradação ambiental, conflitos fundiários, déficits de urbanidade e tensões com populações tradicionais e (vi) Decréscimos populacionais e estagnação urbana e econômica de cidades menores. Defende que são tendências apontadas como desafios para que o FNRU possa enfrentar. Lembra que em vários estudos tentaram definir as tipologias das cidades e argumenta que o Brasil continua dividido 'Sul e Sudeste' X 'Norte e Nordeste' como maiores e menores índices de riqueza e pobreza. Destaca ainda que há uma grande taxa populacional, com fortes faixas habitacionais na costa brasileira, que não mudou muito desde o processo de colonização. Cita alguns números em relação a participação dos municípios em relação ao PIB: 25% PIB nacional está concentrado em 5 municípios, 50% do PIB nacional está concentrado em 50 municípios, 75% do PIB continua concentrado em 300 municípios, 85% do PIB está concentrado em 751 municípios e assim por diante. Diz que essa realidade (diversidade sobre ocupação dos territórios, distribuição de riqueza, outros fatores de desigualdade) são desafiadores para pensar que a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano não pode ser pensada sem considerar a realidade e a diversidade dos municípios. Ressalta a importância de pensar no pacto federativo. Concorde que já existe uma avaliação sobre a forma como se pensa as grandes cidades enquanto ideário na perspectiva da reforma urbana. Lembra que já há uma avaliação sobre a viabilidade de muitos instrumentos do estatuto das cidades para boa parte dos municípios brasileiros. Por isso defende o pacto como uma questão importante para se pensar. Diz que a Política Nacional de Reforma Urbana precisa incorporar a diversidade, as formas e modelos que são marcados pelo estágio de desenvolvimento. Coloca que ainda é preciso avaliar se atualmente, com várias legislações, existe a institucionalização da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano ou se há necessidade de outras. Compreende que há uma perspectiva de que não existe ainda uma política e que esse seria o primeiro passo para pensar no sistema nacional de desenvolvimento urbano e outra perspectiva que considera o que existe um marco desenhado, sendo necessário fortalecer mecanismos democráticos de gestão de desenvolvimento urbano, ou seja, apostar no fortalecimento institucional de instâncias constituídas, mas não consolidadas como conselhos, conferências... Aponta como dois caminhos que estão colocados. Defende que no momento é fundamental se pensar vinculado a uma estratégia de ocupação e ordenamento do território brasileiro. Avalia que não se conseguiu definir uma estratégia de ocupação e investimentos para uma ocupação sustentável do território. Propõe identificar disputas de interesses para que

seja ponto de partida para construção da Política de Desenvolvimento Urbano. Questiona como a sociedade civil tem pensado a perspectiva de consolidar um Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano que consiga estabelecer demandas das cidades na construção de uma Política Nacional dentro de um Sistema, ou seja, quais os mecanismos de diálogo, consulta, e participação que podem modificar a situação atual. Quanto ao modelo, diz que existe um modelo tradicional da democracia participativa representado pelo Congresso Nacional, que pega boa parte dos recursos através das emendas parlamentares. Questiona qual tem sido a relação do Movimento com o Congresso (onde se decide as questões estratégicas do desenvolvimento urbano, e se resolve parte da Política Nacional). Defende a integração de políticas considerando como parte do processo de fundamental importância o fortalecimento dos espaços (conselho das cidades – estaduais e municípios) e instâncias de conferências das cidades (até o fim desse governo). Conclui dizendo que entende que já existe um marco legal básico suficiente para se avançar na construção da Política.

Bruno Malheiros (UFPA) - Saúda a todos e todas e agradece o convite para participar da mesa. Propõe pensar a Política Nacional à luz da diversidade urbana do Brasil, em especial a partir da questão urbana na região Amazônica. Apresenta três questões iniciais para a compreensão de como a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano pode incorporar a diversidade urbana que compõe o país e particularmente a Amazônia: (i) Existe uma questão urbana na Amazônia?(ii) Qual a natureza e a particularidade dessa questão? (iii) Como incluir as particularidades da urbanização numa agenda nacional? Apresenta o quadro geral e o processo de urbanização da Amazônia e como se estrutura a urbanodiversidade na realidade regional. Afirma que a urbanização se dá a partir de uma mobilização conservadora da região que se estrutura nas grandes políticas de intervenção estatal dos governos militares a partir da década de 60, e que essas políticas vão se estruturar em três eixos: (i) Ocupação - no sentido da segurança; (ii) A integração - no sentido de abertura de redes (rodoviárias, energéticas, telecomunicação); (iii) Desenvolvimento - a partir da instalação de grandes projetos e de incentivos fiscais. Diz que a urbanização acontece a partir de três pilares: primeiro uma urbanização do território (processo migratório), segundo a política de integração (que vai nos dar uma urbanização do território) e terceiro uma urbanização da sociedade. Apresenta alguns padrões de urbanização e aponta de que maneira se dá a urbanização da Amazônia: 1. Urbanização espontânea (as cidades surgem à beira das estradas), a exemplo da BR Cuiabá – Santarém; 2. A urbanização dirigida (projeto de colonização particular. Com a chegada de companhias colonizadoras na região e baseadas no trabalho familiar, construíram ocupações que depois se transformaram em cidades), há também a urbanização dirigida pela colonização oficial, principalmente pelo INCRA (agrópoles, rurópoles e agrovilas), além dos grandes projetos que instalam grandes cidades empresa. 3. Urbanização tradicional (presente desde o período colonial com a ocupação da beira do rio). Lembra que essa forma de urbanização passa a ser relativizada a partir da década de 60. Apresenta o mapa (anexo) e diz que

todas as cidades depois dos anos 60 estão nos eixos rodoviários, enquanto as cidades anteriores a este período estão localizadas nos eixos hidroviários. Aponta a necessidade de considerar a existência de uma questão urbana na Amazônia como questão necessária para pensar uma Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. Pontua como elementos essenciais para pensar a questão urbana na Amazônia as cidades ribeirinhas (de caráter mais tradicional). Diz que a partir da expansão das lógicas das estradas há uma grande retração econômica nessas cidades, acarretada pelo impacto da construção de grandes projetos, como a hidroelétrica de Tucuruí, que muda a lógica econômica anterior baseada na pesca, no extrativismo e na agricultura familiar. Cita outro impacto como o aumento da população urbana nas cidades (as pessoas que viviam nas vilas vão para as cidades engrossando as periferias urbanas). Sobre as cidades empresas destaca que elas se instalam na região para abrigar os trabalhadores das grandes empresas, a exemplo da vila permanente de Tucuruí e trazem consigo um contingente de imigrantes, provocando a instalação de várias cidades à margem das cidades empresas, a exemplo de Paraopebas que foi planejada para 5.000 habitantes e hoje tem 123.298 habitantes segundo os dados do IBGE 2008. Sobre a indústria de mineral para as cidades da Amazônia diz que ela não gera encadeamento produtivo e que há uma verticalização da produção, a receita tributária é pouco expressiva, apesar dos royalties, e há também um controle extra regional do capital além da degradação ambiental (conseqüências sérias para a urbanização). Alerta que as cidades a margem das estradas trazem problemas, a política de estímulo a migração faz surgir cidades sem infraestrutura onde os migrantes são sujeitos ao trabalho semi escravo ou escravo em um trabalho comum na região que é a produção de carvão vegetal para alimentar as grandes siderúrgicas da região. Aponta como problema a instalação do agronegócio e cita dois exemplos, primeiro, a fronteira de grãos que se instala no eixo Cuiabá Santarém com os investimentos federais. Diz que o próprio governo projeta a instalação da hidrovía madeira e o asfaltamento da Cuiabá-Santarém para escoar a soja. Defende que as conseqüências disso do ponto de vista urbano são a concentração fundiária e a terceirização da produção. Destaca que as empresas se instalam e quem produz para abastecê-las são os latifundiários gerando uma concentração fundiária, com problemas urbanos e a periferização (grupos expulsos pela instalação da soja). Outro fator é o gado de leite e de corte. Diz que os estudos recentes verificam que os assentamentos agrários ao redor desses grandes frigoríficos se inserem na cadeia produtiva de modo dependente, fornecendo para os latifundiários que abastecem o agronegócio. O agronegócio desse modo reforça a concentração fundiária e proporciona a expansão das cidades pela via da periferização. Analisa que os problemas metropolitanos na Amazônia se dão pela concentração de investimentos da Amazônia ocidental, destaca que a zona Franca de Manaus concentrou os investimentos para Manaus, e no Pará se tem uma fragmentação das políticas territoriais do governo, isso traz para Belém, ao mesmo tempo em que sofre um processo de desmetropolização (crescimento menor que em outras cidades médias), ela sofre um processo de metropolização (concentrando a importância fiscal, financeira e de informação da região). Diz que mais de 80 % dos empregos em Belém estão no setor de serviços (não se tem uma urbanização por parte da industrialização) isso se dá onde maior parte dos

trabalhos está na informalidade e há um índice crescente de desemprego na região. Com toda essa complexidade, defende que não há uma questão urbana *na* Amazônia, há uma questão urbana *da* Amazônia, e afirma ser necessário considerar esta particularidade para pensar uma Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. Questiona sobre a natureza da questão urbana. Enfatiza que a urbanização não se dá com o processo de espoliação urbana e sim como um processo civilizatório. Defende que o processo de expansão provoca um processo de positivação das identidades. Diz que pensar a questão urbana remete a pensar a questão étnica e identitária e a importância das comunidades tradicionais. Faz-se necessário pensar a questão urbana da questão agrária por trazer outros horizontes políticos. Defende que a expansão dos movimentos urbanos ganham força com o movimentos agrários. Relata que na Amazônia os debates do plano diretor são puxados pelos sindicatos de trabalhadores rurais, são organizados a partir do MST, caracterizando novos horizontes políticos. Aponta alguns desafios pra reflexão do FNRU: (i) A importância de uma leitura integrada entre a realidade intraurbana e a realidade urbano regional, para pensar a Política de Desenvolvimento Urbano; (ii) A necessidade de repensar a rede urbana no Brasil relativizando a importância e hierarquia de cidades a partir das regiões; e (iii) A importância de considerar que as escalas são múltiplas, o que leva a uma tipologia de cidades que precisa abarcar a urbanodiversidade. A partir disso mostra resultados de sua pesquisa afirmando que na Amazônia existem cidades pequenas locais e não locais - aquelas que mesmo sendo pequenas se relacionam mais com o mundo que com a região. Relata ainda que existem as cidades híbridas – aquelas que se posicionam entre as cidades dos notáveis e as cidades econômicas, entre as dinâmicas do rio e da estrada. Avalia que as cidades da Amazônia não têm a mesma qualidade de vida comparada a outras regiões do país. Explicita que há um desnível quando se compara algumas cidades da Amazônia de porte médio com cidades da mesma envergadura em São Paulo. Apresenta as cidades organicamente solidárias. Avalia que elas cumprem um papel fundamental. Algumas são cidades de grande dinamismo econômico, outras que têm pequena importância econômica, mas se destacam pelas relações solidárias com seu entorno. Dado o conjunto das questões aponta como desafios da implementação do ideário da Reforma Urbana na Amazônia, relacionando a uma gestão democrática que diz significar (i) o enfrentamento das oligarquias locais e regionais; (ii) a garantia da visibilidade dos movimentos sociais contra a criminalização - processo cada vez mais forte e na região amazônica muito eficaz. (iii) A possibilidade do encontro de identidades e saberes, que se traduz em um enorme desafio. Defende que para pensar a função social da cidade (propriedade) é preciso primeiro pensar reforma agrária e urbana em conjunto; Unificar as forças com os movimentos sociais do campo (ligados à terra e à identidades). Reforma que essa unificação não é colocada como pauta de debate, mas como realidade. Defende a necessidade de pensar o uso integrado de instrumentos do Estatuto da Cidade, de Reforma agrária e da legislação ambiental. Reflete sobre a 'inversão de prioridades' que relaciona a um confronto com a lógica dos investimentos das grandes empresas; sobre vincular os *royalties* a programas de desenvolvimento social. Diz que a idéia de taxar os lucros das grandes empresas é fundamental para o reconhecimento da cidade enquanto espaço de responsabilidade territorial. A

partir daí aponta como desafios para implementação dos Planos Diretores na Amazônia: (i) A relação município-cidade: Avalia que o problema dos recortes é um problema claro e evidente essa indefinições dos recortes; (ii) A diversidade de formas de apropriação do espaço na cidade (ao mesmo tempo que se tem terras de uso comum por comunidades indígenas, se tem especulação imobiliária); (iii) A elaboração dos planos municipais quando os processos são micro ou mesorregionais – não se pode pensar em processos regionais como processos municipais; (iv) O reconhecimento das diferenças dos níveis e tipos de cidade; (v) A referência metropolitana dos instrumentos de Reforma Urbana. Relata que na Amazônia é muito difícil contextualizar os instrumentos, defende que é preciso ter criatividade. Por fim apresenta alguns desafios para ação dos movimentos sociais: (a) A idéia do Movimento social como contraposição à ordem instituída; (b) O reconhecimento da diversidade do urbano na Amazônia; (c) Pensar a questão urbana, sem esquecer a questão agrária, identitária e ambiental; (d) Unificar forças com outros movimentos na luta pelo reconhecimento (discursivo e jurídico) de suas demandas.

VERUSKA (CONAM) – Diz que a principal questão é poder dialogar sobre o debate de forma mais aprofundada. Pensa que é consenso a necessidade de construir um Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano, e que isso é diferente da Política de Desenvolvimento Urbano. Reflete que não se está na fase do debate sobre construção da política, defende que a questão que cabe debater é se ela enfrenta e dá conta das necessidades, ou se ela precisa ser melhorada. Discorda de que não exista a política. Diz que se vivencia a construção desse momento desde que se conseguiu o ministério das cidades, um processo de construção, apesar de insuficiente e aquém das necessidades, por isso não se está partindo do zero. Defende que é a partir disso que é necessário avançar, a política precisa servir como base para a construção do Sistema. Entende que também é consenso dentro do campo da Reforma Urbana a importância de se ter um Sistema, de se construir um Sistema. Resgata que também existe consenso que o Sistema tem que estar articulado a um marco legal. Argumenta que o Sistema deve ser visto como um complemento, um instrumento para a aplicação da Política. A construção não pode ser vista como objetivo, diz que ele não é por si só a solução, mas precisa ser instrumento para luta. Entende que a política tem que ser muito mais avançada do que é atualmente para enfrentar o quadro de tanta desigualdade existente no país. Avalia que se repete muito a necessidade de integração das políticas que se colocam no campo da política urbana e defende que nesse aspecto se deveria ter mais ousadia. Diz que não se conseguiu integração propriamente dita com o que se chama de políticas de reforma urbana, nem com outras políticas. Reafirma que a construção do Sistema não pode ser visto como a resposta aos problemas. Sustenta que se deve continuar apostando e investindo nas políticas, envolvendo cada vez mais a sociedade e outros atores na construção do Sistema, a exemplo dos/as companheiros/as da luta pela reforma agrária, pensando na necessidade de integração campo/cidade, pensando na cidade como acesso à qualidade de vida e também associado ao meio ambiente. Reflete que não chamar esses

atores para o diálogo é pensar de forma tímida os avanços que se poderia ter. Aponta alguns desafios: (i) fazer a discussão com o governo em relação ao compromisso com essa proposta de Sistema. Diz que embora já se saiba a resposta, o governo precisa sair de cima do muro e se posicionar (ii) Pactuar expectativas e desejos do que vem a ser o Sistema; (iii) Envolver outros sujeitos (outras áreas) para fazer a discussão; (iv) Aproveitar o processo da 4ª Conferência das Cidades. Finaliza dizendo que é necessário fazer muito barulho no processo da Conferência para dizer que o objetivo é avançar na construção de um instrumento que ajude a construção da Política. Lembra ainda do processo em 2010 e defende que esteja na pauta. Ressalta a importância de dialogar com o governo para tirar compromissos e fazer a barganha política.

VITÓRIA

Diz que participar da mesa é uma continuidade do trabalho que está sendo feito. Relata que quando se iniciou a construção da proposta do Sistema se tinha poucas idéias ou nenhuma. Existia uma consultoria pedida pelo Ministério das Cidades, a partir da qual e também do resultado da 3ª Conferência das Cidades se deu continuidade. Explicita que alguma coisa buscou-se fortalecer na proposta: (i) Conselhos: atualmente funciona por decreto, não existe como lei, então é inseguro e há incertezas de sua continuidade; (ii) Conferências que tentou-se consolidar. Diz que fará uma proposta de sistematizar as falas pensando que houve muitas convergências, a exemplo da integralidade das políticas e importância de considerar as diversidades regionais. Pontua as seguintes questões:

- A pesquisa apontada por Nelson pode ser utilizada para desenvolver o Sistema;
- Desigualdades sociais como resultado do desenvolvimento econômico;
- Desafios da diversidade;
- Pacto federativo (que também está dentro da proposta do Sistema);
- Diretrizes nacionais não podem ser homogêneas;
- Institucionalização da política;
- Fortalecimento dos mecanismos democráticos de controle social;
- Ordenamento territorial e ocupação sustentável desse território
- Conflitos fundiários X urbanização;
- Identificação das disputas dentro das regiões brasileiras;
- Construção de mecanismos de participação em todos os municípios;
- Integração da política
- Diversidade cultural e identitária nas cidades (questão étnica)
- Processos de urbanização das cidades;
- Cidades criadas (empresas, etc);
- Conceituação urbana;
- Relação agrária e urbana – importância da articulação
- Fortalecimento das políticas existentes;
- Construção do Sistema objetivando fortalecer a política;
- Discussão com governo sobre política – interesses do governo;
- Como harmonizar a política federativa?;

- Pactuação e expectativas quanto ao Sistema;
- Articulação com outros atores.

Inscrições

Iramar – Avalia que a apresentação foi um estudo de caso do Pará. Diz que os ciclos econômicos também têm relação com a construção das cidades na Amazônia. Defende que não se tem uma Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, e que o Programa ‘Minha Casa Minha Vida’ é exemplo disso. Concorde que o Sistema não é o fim, é meio, mas assinala que ele é extremamente importante para acabar com o balcão de negócios (planejamento, gestão, orçamento, definição e organização da Política). Por fim, ressalta que o momento eleitoral não é momento de barganha.

Matos – Lembra do processo de construção da primeira Conferência Nacional de Saúde Ambiental e concorda com Veruska no que diz respeito à proposta de ampliar o debate do desenvolvimento urbano. Diz que se viu na apresentação de Bruno. Destaca que se está em um processo de construção da conferência das cidades e é preciso dizer da importância de construir na lógica das realidades locais. Pontua uma ausência: (i) enfoque nas políticas de construção das cidades com uma lógica patrimonialista dos coronéis. Defende que as cidades são criadas a partir dos coronéis que se tornam prefeitos e as famílias ocupam os cargos públicos.

Jorge – Diz que o FNRU é uma grande referência para a Amazônia, no sentido de construir algo em conjunto. Enfatiza a sustentabilidade sócio ambiental como estruturante para a implantação da política e a relação agrário – urbano que precisa ser colocada como ênfase.

André – (Frente Parlamentar de Reforma Urbana) – Defende que existe a Política, mas que ela está fragmentada, e não se articula. Dentro do conselho fica claro a necessidade de se tentar garantir espaço de controle social. Diz que há quem defenda, de dentro do ‘campo democrático’ do poder público, que o conselho não seja deliberativo. Analisa que é preciso fortalecer o espaço do Conselho.

João – Defende que as questões culturais e nacionais de integração das políticas dizem respeito à própria reconstrução do projeto de nação. Diz ser fundamental entender a discussão porque quando se fala rural X urbano não se fala em uma dicotomia. Avalia que o que Bruno apresentou traz luz para se pensar no Brasil inteiro. Destaca a importância da questão regional. Reafirma as disputas de projetos que se apresentam no campo político. Diz ser necessário afirmar a questão da reforma urbana no atual contexto. Questiona se também não seria o caso de pensar Belém como metrópole dos países caribenhos.

Celso – Dentro do debate chama atenção que a exposição feita da Amazônia trouxe a importância da dimensão regional. Dentro disso, cita a questão dos transportes, que é um grito que soa em todo lugar do país. Diz ser interessante ter financiamentos e estudos dos diferentes modos de

transportes, compreendidos como locomoção, mas também como identidade cultural. Lembra que também é preciso pensar no fortalecimento institucional nos municípios pequenos que por leis constitucionais são prejudicados no momento dos repasses dos recursos.

Adilson – Comunica que está sendo feito um levantamento sobre os investimentos em Curitiba. Sete cidades da América Latina receberam investimentos enquanto cidades modelos do programa de desenvolvimento urbano. Concorde que a experiência da Amazônia traz luz a todo país, porque o capital se desloca a partir de seus interesses. Diz que é preciso ter foco urbano, mas combinado com a questão agrária. Defende que é preciso ter o eixo de classe, de raça e de gênero. O modelo de produção e consumo atual não é bom para os movimentos nem para o meio ambiente. Por fim, questiona se dentro do debate do Sistema, a Política de desenvolvimento está apontando para mudanças de desenvolvimento e consumo no Brasil.

Moisés – Retoma que já houve vários encontros onde se discutiu a Reforma Urbana. Questiona sobre o que é de fato Reforma Urbana para o Brasil. Defende que a questão não é só habitacional, é alimentar também! Diz que Reforma urbana é o coletivo das necessidades de trabalhadoras e trabalhadores nos centros das cidades. Lembra que o que sustenta as famílias nesse processo não é só uma casa. Afirma que é preciso discutir e tirar encaminhamentos para ações durante a 4ª Conferência. Diz que é preciso fazer o enfrentamento político dentro do Ministério, que não dá pra esperar pelo parlamento e que a classe trabalhadora precisa se organizar.

ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES DA MESA

Bruno – Diz que sua fala foi a partir da situação regional. Defende que existem questões que podem ser pensadas, e que incluí-las não significa fazer um somatório de demandas. Assinala que a questão do Norte precisa ser pensada mesmo como a Pan Amazônia.

Veruska – Mantém sua posição de que existe a política, e concorda que ela é desarticulada e insuficiente! Diz que não é preciso negar o que se tem pra dizer o que se quer. Avalia que a política é cheia de imperfeições, mas lembra que é o fruto da construção do movimento. Ressalta que a fase de não se envolver no cenário político eleitoral já foi superada. Concorde que não se faz barganha política, mas defende que é preciso saber qual a candidatura que mais representa as propostas do FNRU e quais as candidaturas que vão retroceder.

Vitória – Esclarece que dentro do Ministério das cidades se está discutindo os conflitos urbanos, e que é uma realidade dos Movimentos Sociais em todas as regiões. (informa que haverá um Seminário de Mediação de Conflitos no Recife e no Rio de Janeiro).

PAINEL 3: Gênero, Raça e Juventude e a agenda da Reforma Urbana.

Coordenação da Mesa – Neidinha (Fórum Nordeste de Reforma Urbana)

Taciana Gouveia – SOS Corpo

José Cristiano Pereira – CMP

Lidia Brunet – MTST/UNMP-PE

Neidinha – Inicia fazendo um resgate do Grupo de Trabalho ‘Raça e Gênero’ dentro do FNRU a partir de 2007. Lembra que a discussão de gênero ganhou uma dimensão maior a partir de 2005. Retoma que o primeiro desafio foi a 1ª Conferência Nacional de gênero, principalmente para os Movimentos, que têm as mulheres como maioria das lideranças que estão à frente. Lembra que esse encontro resultou nas oficinas nos estados e na 3ª Conferência, onde surgiu a Plataforma feminista. Destaca que na questão de raça somente a partir de 2009 o Fórum começou a se desafiar sobre o tema, depois disso, tirou-se o posicionamento de que era preciso pautar a questão colada à luta de reforma urbana. Defende que não dá para superar desigualdades sem enfrentar os temas de gênero, raça e classe.

Cristiano (CMP – Ceará) – Afirma que 60% dos jovens de periferias, sem antecedentes criminais já foram abordados pela polícia; Que a cada quatro pessoas mortas pela polícia, três são negras; e que apenas 2% dos negros estão nas universidades brasileiras. Retoma o processo de destruição de uma cultura, de um povo, que vivia de acordo com as leis da natureza (terras e produção), e que foram obrigados a trabalhar para produzir riquezas. Relata que com essas obrigatoriedades muitos fugiam das senzalas e montavam os quilombos, significado de resistência do povo negro que resultou na compreensão de que era possível resgatar a história e a cultura. Afiram que o fim da escravidão provocou uma necessidade de adequação ao sistema do povo branco, relacionando a constituição de cidades. Defende que havia uma auto forma de sobrevivência, e os que conseguiam chegavam a disputar espaços de gestão com os brancos e se constituíam enquanto elite negra. Lembra que esses espaços de manifestação da cultura negra foram aos poucos sendo abafados e a população desalojada foi começando a subir os morros e constituir favelas, consideradas até hoje espaços de marginalidade. Destaca a questão do recrutamento para o tráfico de drogas como alternativa única para a juventude negra; os processos de desenvolvimento – elites brancas afastando o povo dos centros comerciais e os processos do mercado de trabalho – que trazem problemas da mobilidade. Defende que devem ser pautados os espaços para manifestação da cultura e religião do povo negro como pauta da reforma urbana.

Lídia Brunet - (MTST/UNMP- PE) – Inicia com um resgate sobre a atuação dos jovens nos anos 80 e 90: O Movimento Estudantil como um movimento social que baseia sua forma de agir na ação. No início da década de 80, a grande luta dos estudantes, como da sociedade em geral, era em busca da democratização do país. Essa busca por democracia passava a nortear a atuação de alguns estudantes que procuravam se engajar no movimento estudantil de suas escolas. Os militantes procuravam questionar as posições

que consideravam arbitrárias e em desacordo com seus interesses, levando-os a freqüentes embates com as direções das escolas. Esta situação de confronto ocorreu durante todo o início da década de 80. Por sua vez, não podemos generalizar e dizer que o ME tinha só essas características, pois em muitas escolas a direção conseguia também articular alunos para fazer movimento junto aos seus interesses. Os Caras-pintadas foi um movimento estudantil brasileiro realizado no decorrer do ano de 1992 e tinha como objetivo principal o impedimento do Presidente da República e sua retirada do posto. O movimento baseou-se nas denúncias de corrupção que pesaram contra o presidente e ainda em suas medidas econômicas, e contou com milhares de jovens em todo o país. O nome "caras-pintadas" referiu-se à principal forma de expressão, símbolo do movimento: as cores verde e amarelo pintadas no rosto. O desinteresse do jovem pela política - "tudo vale a pena enquanto não incomoda": A questão do jovem varia de acordo com o local, e sua cultura, mas na atualidade algumas questões tendem a ter uma similaridade que torna possível abranger a questão de forma mundial, uma realidade da comunidade humana, e não somente uma questão brasileira. Mas em muitos momentos estaremos analisando a questão especificamente brasileira por sermos cidadãos do Brasil. A questão do voto obrigatório no Brasil inibe uma avaliação exata da quantidade de pessoas que estão realmente preocupadas com o direito de votar, mas a lei que permite que o jovem tenha voto opcional a partir dos 16 anos, permite especular acerca da vontade do jovem de participar do processo eleitoral. Uma pesquisa feita pelo Data Teen (Centro de pesquisas do Instituto Paulista de Adolescência) revela que apenas 19,5% dos jovens de 16 à 18 anos já tiraram o título de eleitor. Enquanto no passado se lutou para ter esse direito, o cidadão moderno não dá o mesmo valor a ele. É importante avaliar as causas deste processo de alienação e compreender se ele restringe-se ao contexto político, ou se expande-se às causas sociais em geral. Visamos então analisar possíveis respostas do porque deste fenômeno: Juventude e Reforma Urbana: A discussão de juventude nos movimentos já é antiga, mas ela é muito mais de acúmulo individual, muito menos organizativo. Acredito que não devemos só pensar em juventude para lutar por políticas públicas, isso é importante, mas o nosso foco principal deve ser como podemos colocar essa juventude que está lá nas ocupações e acampamentos da reforma urbana para pautar a questão da luta pela reforma urbana e principalmente da luta por outra sociedade mas justa e igualitária, e isto deve ocorrer de forma mas organizada e unida, este deve ser sim nosso objetivo e nossa compreensão de juventude, e acredito ainda que são espaços como estes que podem subsidiar nossos jovens a percorrer esta caminho. Para refletir: *"A ação é privilégio exclusivo do homem e depende completamente da presença dos outros, sendo assim, é a atividade política por excelência. Entretanto o fato de sermos todos humanos, sem que ninguém seja precisamente igual a qualquer outra pessoa, faz da pluralidade a condição da ação humana. Essa atividade humana, ao se comprometer em criar e manter corpos políticos dá origem a condição para a lembrança para a história."*

Taciana Gouveia – (SOS Corpo) - Saúda a todas e todos. Agradece o convite para estar na mesa e afirma a relação com o FNRU. Apresenta dois programas de rádio produzidos pelo SOS Corpo, feitos para serem utilizados em rádios comunitárias, além de um vídeo que trata das experiências das mulheres nas cidades. Diz que são instrumentos que poderão ser utilizados para formação. Lembra que o SOS Corpo participa do GT de gênero, raça e juventude do FERU. Levanta a importância do debate em torno dos conflitos, dizendo que para que esse debate se dê, é preciso que se reconheçam os sujeitos. Propõe uma crítica sobre as políticas e uma auto avaliação. Reflete que o FNRU deixou de ter bandeiras de luta para ter agenda e defende que o resgate às bandeiras de luta deve ser feito. Apresenta que as desigualdades de gênero, racial e de juventude e sexualidade se apresentam num campo de dominação e que para atualizar a agenda, a luta, o ideário e a utopia, é preciso resgatar as questões de gênero como sendo de opressão. Diz que gênero não é um termo técnico. Aponta que a luta pelo direito das mulheres à cidade não pode ser reduzido a uma fala vazia, atualizar a agenda não é esquecer temas antigos que não se resolveram. Afirma que o tema do direito das mulheres à cidade não tem como ser atualizado se não foi implementado. Acredita que isso demonstra a incapacidade em transformar velhas questões. Avalia que foram construídas importantes resoluções na Conferência das cidades em 2007, mesmo assim a cota de 30% para mulheres negras nos planos de habitação não passou. Ressalta a importância de garantir meios para que as mulheres participem dos espaços políticos. Questiona o que o FNRU fez em relação a paridade e sua implementação. Diz que é preciso repensar o modo que o FNRU está fazendo isso. Reflete que certas coisas são rifadas como menos importantes, como gênero e paridade de raça, que não são levadas a sério. Questiona sobre a próxima conferência, no que diz respeito as ações que os movimentos sociais estão pensando para garantia de creches para que as mulheres possam participar do espaço político. Diz que o programa Minha Casa, Minha Vida é um programa habitacional que não considerou a cota de 30%. Afirma que a titularidade preferencial para as mulheres no âmbito desse Programa é pragmática. Não é pelo direito das mulheres, e sim pela garantia de que o homem não vai 'beber a casa'. Questiona: o que vai ser feito na Conferência de 2010? Afirma que dessa forma não se está mudando a realidade da vida das mulheres. Nota que é preciso pensar a mobilidade como algo para além do transporte, que considere as mulheres na sua dinâmica e os jovens negros que são permeadas por violências distintas. Afirma que o tema da mobilidade é um tema importante, pois para estes segmentos é tirado o direito ao espaço público, outra questão importante é a luta pelas calçadas, entendendo que a calçada é o espaço da experiência com o outro. Pra finalizar reforça que se deve pensar num ideário que não seja só de agenda, mas, que seja de utopia.

INTERVENÇÕES

Maria José – (FRU Pará) - Diz que a questão da negritude é algo ainda muito difícil para as pessoas entenderem. No lugar de professora, não encontrou alunos negros em suas salas. Afirma que as leis precisam ser implementadas, como no caso da Lei 10639. E ainda que a luta da juventude ainda é invisível.

Ubiracan (CONAM) – Avalia que o debate suscita resgates históricos. A emancipação das mulheres vem sendo feita há anos, mas ainda está aquém. Defende que a Conam está à frente porque tem em sua diretora uma mulher. Informa que a Conam também tem promovido debates e está realizando o encontro da Juventude dos movimentos comunitários.

Janaina Costa – Diz que as questões de gênero e raça fazem parte de um processo histórico. Chama atenção que essa discussão não se passa na escola. Diz que é preciso tratar na educação popular. Explicita a preocupação com os ribeirinhas, os extrativistas e como vai se chegar com essa discussão. Defende que é preciso romper com os meios de comunicação hegemônicos.

Guita Marie - (Coordenação nacional do MLB/PE) - Afirma que poucos companheiros estiveram acompanhando o debate sobre conjuntura que aconteceu no primeiro dia do encontro. Lembra que é um debate muito importante para as mulheres, que na luta são agentes, pensando. Reforça a necessidade de atuar em todos os movimentos e lugares onde estiverem.

Luiz – Defende que o problema das mulheres, das juventudes e dos negros é um problema de todos, sobretudo, para os homens! Argumenta que não são as mulheres que têm que ir brigar, são os homens. Afirma que isso ta posto para o Fórum de Reforma Urbana.

Emanuela – Convoca as companheiras para a luta entendendo que o espaço precisa ser construído pelas mulheres. Agradece a colaboração dos companheiros que se colocam como parceiros na luta. Afirma que a sociedade não está sensibilizada para as questões de gênero e que a sociedade sem classes não podem existir sem uma compreensão das questões de gênero (quando o trabalho com valor agregado for garantido também as mulheres).

Givanildo – (MLB/PB) - Afirma não ser possível falar em cidades sem falar em juventude. Diz que as ações direcionadas para juventude, tanto pelos movimentos sociais, como pela sociedade civil, ainda são pequenas. Finaliza exclamando que se está em um processo de construção coletiva e não de hierarquia.

Ezequiel – Defende que o debate sobre o ponto de vista das mulheres tem algumas contradições. Diz que foi criado por duas mães, que também tinham muitas coisas machistas. Discorda que são as mulheres que tem que brigar pelos cuidados das crianças, porque a luta pelas creches e a educação das crianças tem que ser de mulheres e homens. Afirma que há uma contradição quando as companheiras pautam esse debate como se fosse uma tarefa delas.

Zé Tobias (MSTU) – Afirma que não existem várias cores, e sim o preto e o branco! Reflete que muitos negam, mas a intenção era educar para o ‘braqueamento’, porque se dizia que o negro não tinha inteligência. Declara que foi pai e mãe durante sete anos e por isso compreende a luta das mulheres.

Nazareno - Faz uma consideração em relação à juventude, no que se refere a preocupação que tem com a perda dos sonhos. Resgata a situação dos anos 60 onde se vivia em torno dos sonhos. Diz que as drogas, a violência, o desemprego trazem cada vez mais jovens para o campo do FNRU. Destaca a importância da discussão sobre o protagonismo juvenil.

Roseli – (CMP) – Inicia sua fala criticando a plenária no que diz respeito à participação. Considera a plenária esvaziada e que as pessoas que questionavam o tema não estavam presentes para o debate! Afirma que muitas organizações se dizem revolucionárias, mas continuam com práticas racistas, machistas e homofóbicas. Defende que a emancipação da sociedade só poderá ser feita quando se superar as práticas machistas, homofóbicas, racistas, que excluem idosos e as pessoas com deficiência.

Valério - Diz que é preciso discutir a questão de raça e das drogas no Rio de Janeiro, pois o assunto é tratado como uma questão puramente racial e não de exclusão. Defende que é preciso entrar na discussão específica dos espaços. Tratar de outros assuntos não comuns para se avançar, incorporar as bandeiras de luta trazendo temas que possibilitem que os sujeitos se reconheçam nos espaços.

Ricardo – Defende a importância dos Fóruns na auto-organização da juventude que passa por organizações culturais. Compreende que a questão da mídia também é fundamental para que a juventude se reconheça. Diz que no Rio de Janeiro é clara a forma como a favela e as expressões culturais são tratadas. A menina no funk é tratada como prostituta e os jovens são marginais. Lembra que é preciso pensar também nas questões da segregação social que estão postas nos projetos das Olimpíadas e da Copa.

Últimas considerações da mesa:

Cristiano - Chama atenção para os sonhos e referenciais do povo negro uma vez que esse povo é confundido com marginais ao saírem de casa. Defende que se deve exigir maior visibilidade para a população negra. Levanta a situação dos moradores de rua que tem todos os seus direitos negados. Afirma que os movimentos sociais estão formando a juventude e que a escola não garante a educação dos jovens.

Lidia - Aponta como desafio para o movimento a inclusão do debate de juventude na caminhada de lutas pela cidade para todas e todos.

Taciana – Defende que é fundamental que o lugar dos homens na luta das mulheres seja de aliados, e não de sujeitos! Afirma que as mulheres sabem falar tudo o que precisam e não tem que ser do jeito que os homens falam, porque historicamente as mulheres estiveram nos espaços privados... Explicita que há contradições porque a sociedade é contraditória, mas questiona se os

homens pautariam o direito à creche se as mulheres não pautarem. Por fim diz que é um prazer estar na mesa, porém deseja ver uma companheira do Fórum na frente do debate nos próximos encontros, fazendo o que já tem sido feito cotidianamente por muitas companheiras.

- Exibição do vídeo “Plano Diretor participativo” – A experiência de Belterra – PA

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO TEXTO-BASE PARA A 4ª CONFERÊNCIA DAS CIDADES

Mércia Alves (CENDHEC)

Mércia – Diz que a proposta é fazer uma reflexão sobre como o FNRU pretende colaborar com os processos de avanços e reflexões na Política. Apresenta a idéia de compartilhar uma síntese do texto-base sobre a 4ª Conferência Nacional das Cidades, que terá como tema: “Avanços, Dificuldades e Desafios na Implementação da Política de Desenvolvimento Urbano” e como lema: “Cidade para Todos e Todas com Gestão Democrática, Participativa e Controle Social”. Ressalta que a 4ª Conferência das Cidades tem dimensão avaliativa. Reafirma a relevância do lema e diz que é um lugar de uma ação afirmativa para todos e todas. Diz que a Conferência acontecerá no período de 24 a 28 de maio 2010 e destaca que o primeiro semestre será bastante dinâmico (Fórum Urbano Mundial, eleições, etc). Apresenta as seguintes finalidades para a Conferência:

I - avançar na construção da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano;

II - indicar prioridades de atuação ao Ministério das Cidades,

III - realizar balanço dos resultados das deliberações da 1ª, 2ª e 3ª Conferências Nacionais e da atuação do Conselho das Cidades, e dos avanços, dificuldades e desafios na implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, em todos os níveis da Federação, e

IV - eleger as entidades membros do Conselho das Cidades, para o triênio 2011/2013.

Quanto ao processo, indica que as etapas municipais acontecerão de 1º de Setembro a 15 de Dezembro de 2009 e as estaduais de 1º de Fevereiro até 18 de Abril de 2010. Diz que o enfoque do texto base será os ‘Avanços e Dificuldades na implementação da PNDU, com vistas ao fortalecimento do papel do município na sua efetivação’. Apresenta o quadro síntese (em anexo) com os principais Avanços e Dificuldades das Conferências Nacionais das Cidades e também os Eixos Temáticos da 4ª Conferência, a saber: a.Criação e implementação de conselhos das cidades, planos, fundos e seus conselhos gestores nos níveis federal, estadual, municipal e no Distrito Federal;b. Aplicação do estatuto da cidade e dos planos diretores e a efetivação da função social da propriedade do solo urbano; c. A integração da política urbana no território: política fundiária, mobilidade e acessibilidade urbana, habitação e saneamento; e d.Relação entre os programas governamentais - como PAC e Minha Casa, Minha Vida - e a política de desenvolvimento urbano.

Eixo I - Criação e implementação de conselhos das cidades, planos, fundos e seus conselhos gestores nos níveis federal, estadual, municipal e no Distrito Federal: destaca a criação do SNHIS, Marco Regulatório do

Saneamento e a necessidade de fortalecer a criação dos conselhos municipais das cidades e gestor do FHIS. Na agenda do FNRU, defende a necessidade de criar por lei o CONSELHO DAS CIDADES com caráter deliberativo e da proposta do SNDU com o objetivo de integrar a PNDU.

Eixo II- Aplicação do estatuto da cidade e dos planos diretores e a efetivação da função social da propriedade do solo urbano: Destaca o avanço no marco jurídico –urbanístico com a criação do Estatuto da Cidade e as dificuldades na implementação dos instrumentos. Ressalta o processo de revisão e elaboração dos planos diretores como instrumento do planejamento urbano para enfrentamento das desigualdades sócio-espacial nas cidades. Na agenda do FNRU, aponta para a necessidade de fortalecer a capacidade da sociedade civil para monitorar a fase de implementação dos PDPs.

Eixo III. A integração da política urbana no território: política fundiária, mobilidade e acessibilidade urbana, habitação e saneamento: Destaca a necessidade de promover ações que visem a integração das políticas urbanas e dos avanços na elaboração dos PLANOS de Habitação, Lei do Saneamento e o investimento na aprovação do PL da Mobilidade Urbana.

Eixo IV. Relação entre os programas governamentais - como PAC e Minha Casa, Minha Vida - e a política de desenvolvimento urbano: Evidencia que neste item há o reconhecimento dos avanços na definição das diretrizes da PNDU e o fortalecimento da participação popular na sua gestão. Destaca o Programa MC, MV e PAC como de reversão da política econômica e minimização dos efeitos da crise, investindo no setor empresarial, aumentando a capacidade de construção de habitação e melhorias urbanísticas para população de baixa-renda.

Por fim apresenta algumas questões para reflexão sobre a atualização do ideário ad Reforma Urbana. Questiona o que se deve ampliar no campo da luta urbana e como fortalecer as ações no campo democrático para efetivação da PNDU em âmbito local. Questiona ainda o que se quer fortalecer nesse ideário. Defende que é preciso pensar no fortalecimento dos canais de conselhos e conferências, porque são os espaços públicos.

DIVISÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO:

Regina (FASE): Propõe que se faça a discussão a partir dos temas. Destaca a importância de tirar os(as) relatores(as) de cada grupo e fazer a discussão no GT a partir de um roteiro:

1º. MOMENTO: Atualização do ideário e Agenda da Reforma Urbana

1. Na atualidade, quais são as principais lutas vividas nas cidades, na afirmação do direito à cidade e da função social da propriedade, levando em consideração também a articulação com outras agendas sociais?
2. Destas lutas, qual (ou quais) priorizar e qual (ou quais) estratégia (s) que devemos desenvolver para avançar no ideário e agenda da reforma urbana?
3. Como encaminhar o debate da política nacional de desenvolvimento urbano, na perspectiva da garantia do sistema de participação e controle social?

2º MOMENTO: Conferência das Cidades

1. A partir dos 4 eixos apontados para o debate para a 4ª Conferência e apresentados no plenário, discutir uma proposta prioritária do FNRU para cada eixo.

3º MOMENTO: Agenda temática para os próximos 3 anos

- Definir 3 propostas de atuação do FNRU sobre a temática em discussão no grupo, que deverão ser priorizadas para os próximos 3 anos.

4º MOMENTO: Fórum Urbano Mundial/Plataforma do Direito à Cidade

- No diálogo com as redes e movimentos sociais que estarão presentes no Fórum Urbano Mundial, em março, no Rio de Janeiro, qual tema central devemos levar para a oficina? Quanto ao Fórum Urbano Mundial destaca a proposta da mesa do dia seguinte que é de dialogar com um conjunto de redes no sentido de pensar o que a sociedade civil quer pautar junto aos governos.

24 de outubro –

Apresentação dos Programas de Habitação e Interesse Social – Caixa Econômica Federal

Katherina (Caixa Econômica Federal) – Inicia dizendo que é uma oportunidade para a Caixa Econômica reafirmar a parceria com os Movimentos Sociais. Disponibiliza a supervisão da Caixa para qualquer necessidade que o movimento possa ter. Diz que a CEF está fazendo a primeira obra em Recife com recursos do PAC, que há duas fontes de recursos FGTS ('imóvel na planta' e 'Minha Casa Minha Vida'). Esclarece que o Programa Minha Casa Minha Vida não é um programa totalmente subsidiado. Apresenta outra linha de financiamento que é a HIS (Habitação de Interesse Social). Acrescenta que são repasses sem retorno financeiro. Defende que não se pode falar em Reforma Urbana sem falar em saneamento, habitação, etc. Avalia que a Caixa só tem o que aprender e crescer junto com o movimento social, cita como exemplo a disponibilização do presidente da Caixa para participar em uma audiência para discutir as diretrizes do 'Minha Casa Minha Vida'. Afirma que a CEF valoriza e considera as sugestões do Movimento e reconhece as limitações em função da falta de experiência com as novas políticas. Anuncia que se criou a supervisão de assistência técnica implantada em cada estado, com a meta de fundar junto à AMUP uma equipe de assistência técnica fixa para atender aos municípios e realizar o primeiro encontro do Nordeste para discutir os pontos de avanços sobre assistência técnica. Defende que os Movimentos Sociais devem ter prioridade na Caixa e diz que a assistência técnica está puxando a responsabilidade nessa relação. Diz ter uma equipe interdisciplinar para receber as propostas dos Movimentos. Anuncia que o Ministério das Cidades abriu licitação para atividades que queiram enviar propostas para assistência técnica e lembra que os financiamentos podem se dar diretamente para a população, para os municípios e para as entidades privadas sem fins lucrativos. Retoma que as possibilidades de chegar à população são através de três modalidades: 1. Operações coletivas – É muito utilizado por usar habitações compatíveis com as rendas das famílias; 2. Pró - moradia – Utilizado pelos governos municipais para baixa renda. É um dos mais antigos e tem existências garantidas (ações do FGTS) e 3. FNHIS (Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social) – sobre essa modalidade diz ter orgulho de ter programas implementados a partir da experiência dos movimentos. Defende que toda luta foi transformada em leis, e com marcos legais não se pode lutar, tem que cumprir. Afirma que é um grande símbolo para a luta da Reforma Urbana.

APRESENTAÇÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO

Grupo V – PARTICIPAÇÃO, DIREITO À CIDADE E À DIVERSIDADE

O grupo afirma que a diversidade foi considerada tanto no aspecto territorial (diferenças e especificidade regionais) como no aspecto dos atores na cidade (gênero, raça, etnia – afirmação sexual).

- Ampliar o conceito das ZEIS, incluindo o conceito cultural, ambiental, segurança alimentar etc... Porque essas são as desculpas muitas vezes para excluir as pessoas a determinada área em função de áreas consideradas culturais e/ou apropriadas por algum modelo de desenvolvimento – Apropriação do território;
- Defesa dos espaços públicos e culturais inclusivos;
- Exigibilidade cumprimento da função social da propriedade.
- Desenvolver instrumentos de planejamento e gestão, garantindo a o direito a cidade nos pequenos e médios municípios, considerando as cidades com baixos índices de desenvolvimento humano, baixa capacidade organizativa que dependem de repasse de recursos. Necessidade do fortalecimento institucional de Políticas e programas de fortalecimento institucional que permitam condições básicas para os municípios pequenos e médios desenvolvam políticas urbanas que garantam o direito a cidade e a diversidade.
- Realizar repasse de recursos para política urbana estabelecendo critérios aos municípios – como por exemplo exigir que o município tenha conselhos, ZEIS, aplicabilidade dos instrumentos do estatuto das cidades.
- Incorporar a temática de gênero nas políticas públicas, capítulos específicos de mulher e direito a cidades. Incluir a temática de gênero, raça e classe no estatuto da cidade, garantindo políticas que impactam a vida das mulheres na cidade. Garantia espaços de participação nas cidades na perspectiva de gênero.
- Enfrentar a questão Peri urbana (rural e urbano) respeitando a diversidade das regiões a adequação cultural da moradia.
- Enfrentar a questão ambiental – diálogo ainda é muito conflituoso, áreas sejam reconhecidas na sua legalidade problemática existente (áreas de ilhas, várzea, margem de rios e lagos). Como a Agenda 21 dialoga com o desenvolvimento urbano?
- Controle e monitoramento sobre o orçamento.

- Direito da participação e governança democrática, reflexão mais aprofundada sobre a violência urbana (espaço do território por esses grupos violentos) ocasionando despejos.
- Monitorar e exigir o respeito ao direito à cidade em especial a moradia com relação aos empreendimentos de grandes impactos - Olimpíadas e Copa do Mundo — Investimento e articulação com o fórum brasileiro de orçamento
- Monitoramento e implementação dos instrumentos do estatuto da cidade nos Planos Diretores, em especial da gestão democratizada da cidade, quais cidades tem conselhos? Como são esses conselhos? Quais os procedimentos das audiências públicas?
- Exigir a Implementação dos Planos Diretores que foram elaborados em consonância com o Estatuto da Cidade e já estão em processo de revisão sem a efetiva implementação. - O que fazer para implementar o Plano Diretor?
- Garantir a participação e a gestão democrática nos processos de Revisão do Plano – ter uma resolução do Conselho Nacional das cidades regulamentando os processos de revisão dos planos diretores - garantido a gestão democrática na elaboração e implementação e monitoramento garantido pelo governo.
- Orçamento participativo – institucionalizar o OP.
- É preciso fazer uma ligação e efetividade com a geração de trabalho e renda.
- Exigir políticas públicas (planos, programas, etc.) que incluam e garantam a participação popular - Baixa participação popular na Participação popular no Programa 'Minha Casa Minha Vida'.
- Exigir a não periferização das cidades para a população de baixa renda.
- Criação de sistema de informação para o monitoramento dos instrumentos de desenvolvimento urbano nas cidades.
- Luta importante sobre o Saneamento Básico, Transporte e acessibilidade.
- Articular da luta da reforma urbana com a reforma agrária
- Institucionalização do sistema nacional de desenvolvimento urbano – popularizar esse sistema (capacitações), realizar um ato de manifestação de entrega do sistema nacional de desenvolvimento urbano - Aprovação de uma lei que garanta o funcionamento e atribuições do Conselho Nacional das Cidades e das Conferências – garantindo a gestão democrática.
- Integrar o desenvolvimento urbano com o desenvolvimento econômico –

- Aumentar a participação no legislativo
- Estratégia de incidência no executivo/legislativo e judiciário. - Retomada das Mobilizações nas 3 esferas: judiciário, legislativo e executivo.
- Realizar atividades de Formação Política - como forma de organização e formulação de propostas da Reforma Urbana.

4ª Conferências das Cidades

- Incluir gênero e raça e etnia nos temas da conferencia (incorporando aos textos gênero e direito a cidade)
- Incorporar a diretriz da função social e instrumentos que garantam a função social da propriedade e da cidade.
- Incluir a diretriz e os instrumentos – monitoramento dos planos que estabeleceram os instrumentos da gestão democrática e os que não estabeleceram exigir a aplicabilidade desses instrumentos.
- Estabelecer critérios (plano diretor com Zeis, conselhos efetivos, funcionado – garantia de espaços de gestão democrática) para os municípios receber os recursos habitacionais e de política urbanas. (Os municípios só receberiam o recurso se tiverem instrumentos democráticos institucionalizados conselhos (fundos de participação)
- Emissão de resolução do Conselho das Cidades sobre a revisão dos Planos diretores garantindo as diretrizes do estatuto das cidades, de implementação de instrumentos.
- Institucionalização do sistema nacional de desenvolvimento urbano garantindo a gestão democrática –
- Exigir políticas públicas (planos, programas, etc.) que incluam e garantam a participação popular (gestão democrática) - Baixa participação popular no Programa 'Minha Casa Minha Vida'.

Agenda temática para os próximos 3 anos

- Garantir as implementação dos espaços de gestão democrática das políticas urbanas: como audiências públicas, conselhos, conferências, etc.(em todos os municípios).
- Monitoramento da implementação dos instrumentos de gestão democrática da cidade.
- Estratégia – elaboração de uma lei nacional que tenha o conteúdo mínimo de institucionalização e definição desse instrumento. Condicionar o repasse dos recursos aos entes federados a existência, funcionamento regular e publicização das decisões de instrumentos de gestão.
- Discussão e dialogado com participação da sociedade.

- Capacitação e divulgação
- Exigir a função social da cidade
- Garantir estrutura de suportes ao CNC para o mapeamento das áreas que não cumpram a função social.
- Implementar um Sistema Nacional de Informações sobre desenvolvimento urbano.
- Monitorar as propostas de alteração do estatuto da cidade no legislativo.
- Propor instrumentos jurídicos e urbanísticos para garantir o direito da cidade nas cidades de pequeno e médio porte, considerando as diversidades das regiões.
- Ter em perspectiva as dimensões de gênero, raça e etnia e classe na elaboração, implementação e monitoramento de políticas urbanas.

Fórum Urbano Mundial/Plataforma do Direito à Cidade

- Elaborar um tratado sobre a conceituação de Direito à Cidade, com o objetivo de sair do Fórum com um documento que conceitue direito à cidade a nível internacional.
- Oficina com experiências nacionais e internacionais sobre Direito à Cidade – Tribunal pelo Direito à Cidade – Retomada das Mobilizações – nas 3 esferas judiciário, legislativo e executivo.
- Também publicizar a nossa carta do direito à Cidade a fim de ter mais signatários da Carta.

INTERVENÇÕES

Iuri – Diz que algumas preocupações se apresentam em torno dos conceitos de ‘cidade pequena’ e ‘cidade grande’. Questiona qual o critério utilizado para esta conceituação. Defende que a cidade tem elementos que são articulados com o campo periurbano, e se as diferenças forem especificadas essa luta pode ser fragilizada. Diz que o FNRU não deve perder o foco e a objetividade.

César – Diz que gostaria de entender qual a função do Ministério das Cidades e o que ele oferece. Avalia que não se faz a reforma urbana dentro de quatro paredes. Aponta a urgência de maior organização do movimento para cobrar a reforma urbana. Defende que não se deve apoiar as questões eleitorais. O programa ‘Minha Casa Minha Vida’ não contempla a população de 0 a 3 salários mínimos e entende que o FNRU deve enfrentar o ministério das Cidades.

Sergio – Propõe a criação de um sistema de informação público na internet. Lembra que o programa ‘Minha Casa Minha Vida’ construído a partir de uma consultoria do Banco Mundial. Ressalta que as informações nunca estão disponíveis para a sociedade. Entende que a multiculturalidade e a diversidade devem ser consideradas na elaboração de políticas públicas.

Destaca a importância de diagnósticos e afirma que pensar o país com suas especificidades é um desafio, bem como quebrar a dualidade rural / urbana.

Grupo I - CONFLITOS FUNDIÁRIOS E ACESSO A TERRA URBANIZADA

ANIMADORES: Cristiano Muller e Carolina

Ideário da reforma Urbana

- Na atualidade, quais são as principais lutas vividas nas cidades, na afirmação do direito à cidade e da função social da propriedade, levando em consideração também a articulação com outras agendas sociais?

Luta pela Terra

- Regularização Fundiária e a garantia do acesso a terra combatendo a especulação fundiária. Regularização fundiária com titulação definitiva para os ocupantes. Entrave político e burocrático dos cartórios e concentração das informações sobre a terra nos cartórios.
- Necessidade de que a luta pela terra nas cidades tenha um olhar para o problema de concentração de terras no campo.
- Levantar em conta as regionalidades e diversidades das lutas pela cidade que existe uma multiplicidade de lutas – LUTA CONTRA DESPEJOS – DESMERCANTILIZAÇÃO DA TERRA – CONTROLE PÚBLICO DAS TERRAS PÚBLICAS.
- Luta pelo Território – integrar a luta pela terra com o direito ao território desde a sua complexidade – étnica – cultural, etc.

Miséria urbana – assentamentos-loteamentos sem direito e condições materiais para permanência nas ocupações.

Destas lutas, qual (ou quais) priorizar e qual (ou quais) estratégia (s) que devemos desenvolver para avançar no ideário e agenda da reforma urbana?

Mobilização

- Mobilização para fortalecimento do acesso a terra, marcha pelo acesso a terra, abaixo assinado. Mobilização com ativismo, ocupações, pressão em Brasília, nos governos locais, aproveitar os processos eleitorais. Casar a luta política com a luta institucional.
- Pressão nos três poderes para definição de consensos para que se efetive a implementação das leis que já existem. Também buscar pressionar os estados, municípios e união para implementar a regularização fundiária.
- Organização dos Movimentos nacionais para pautar o Ministério das Cidades sobre regularização fundiária.
- Necessidade de fortalecimento dos movimentos populares.

AÇÕES

- Cobrança de medidas em relação às terras públicas ocupadas a beira de Rodovias Federais e prédios;
- Regularização fundiária com segurança na posse – novas formas de propriedade, garantindo geração de renda e segurança alimentar;
- Apoio jurídico e político as ocupações;
- Campanha em favor as ocupações;
- Implementação da Plataforma Brasileira de Prevenção de Despejos pelos Fóruns Regionais, pelos estados e municípios. Fortalecimento dos Fóruns Regionais e Observatório de Pesquisa para uma luta a partir das diversidades de cada região;
- Incidir no Poder Judiciário na luta contra os despejos
- PL 3057 incorpore a figura do uso coletivo da terra para atividades produtivas dentro do perímetro urbano com regularização fundiária coletiva;
- Experiência do Para na Ouvidoria de Conflitos Urbanos com autonomia;
- Articulação entre os 4 movimentos para incidência no Conselho das Cidades e GT priorizando o tema dos Conflitos Fundiários Urbanos. Apresentação de todos os casos de ameaça de despejo em que os movimentos estão atuando para o MCidades;
- Aperfeiçoar o debate das terras da União para garantir o acesso dessas áreas para a moradia popular;
- Incidir no Ministério das Cidades para garantir a concretização da Estrutura de Mediação e Prevenção de Conflitos Fundiários e implementação dessas estruturas em âmbito municipal com pessoas capacitadas para atuarem neste tema;
- Garantir a implementação efetiva do Grupo Interministerial de Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários;
- Capacitação dos 3 poderes na prevenção e mediação de conflitos fundiários urbanos;
- Fortalecimento das Defensorias Públicas;
- Aprovação da Política Nacional de Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos;
- Utilização da Pesquisa dos Planos Diretores para o tema dos Conflitos Fundiários Urbanos;
- Garantir a discussão para moradia popular das Terras Públicas da União Federal, estados e municípios;
- Criação de mecanismos de produção nos lotes urbanos para geração de renda e segurança alimentar;
- Inserir o Ministério da Justiça nas discussões dos conflitos fundiários urbanos;
- Tentar criar um Conselho Consultivo na CEF com a participação da sociedade civil;
- Cobrar dos municípios o acesso à informações, especialmente quanto aos cadastros dos imóveis das cidades.

Fórum Nacional de Reforma Urbana

- Articulação das lutas dos movimentos do campo e da cidade
- Divulgação das informações, pautas e demandas do FNRU para socialização.
- Levantamento dos conflitos protagonizados pelas entidades do FNRU.
- Potencializar as ações do FNRU nos espaços ocupados em Brasília na luta pela terra com a aprovação de leis, programas e ações que garantam o acesso a terra.
- Pautar o tema dos cartórios dentro do FNRU e construir estratégias de luta.
- Fortalecimento da relação do GT de Terras da União com o FNRU.
- Resgatar as resoluções das Conferências relacionados a Conflitos Fundiários Urbanos e inserir na agenda do FNRU
- Descentralização das informações e demandas do FNRU em nível regional, estadual para que se possa acessar as mesmas informações, trocar experiências e debater.

RELATORIA DE DIREITO À CIDADE

Missão ainda em 2009 na cidade de São Paulo tema dos Despejos – Planos Diretores

Necessidade de tirar temas para Missões em 2010

Como encaminhar o debate da política nacional de desenvolvimento urbano, na perspectiva da garantia do sistema de participação e controle social?

- Garantir que seja garantido o processo das Conferências e do Conselho das Cidades e torná-lo deliberativo.
- Apostar no GT do Conselho.
- Avaliação de proposta própria do FNRU e apresentação pela Frente Parlamentar.
- Avaliação de conteúdo do Sistema para garantir avanços na prática.
- Agenda temática para os próximos 3 anos
- Atualização do que se tem feito no tema dos conflitos fundiários
- Relatoria do Direito a Cidade

Definir três propostas de atuação do FNRU sobre a temática em discussão no grupo, que deverão ser priorizadas para os próximos 3 anos.

- Regularização Fundiária das Ocupações Urbanas e Luta contra os Despejos;
- Controle Público sobre as Terras Públicas;
- Desmercantilização da Terra e Garantia do Direito ao Território

Obs. Repensar referenciais teóricos, p.ex. Aprofundar enfoque do direito ao território, direito a cidade, gênero, diversidade, e outros.

- Que estratégia (s) deverá (ão) ser utilizada (s) pelo FNRU para implementação destas propostas?

ANTERIORES

- Fórum Urbano Mundial/Plataforma do Direito à Cidade

No diálogo com as redes e movimentos sociais que estarão presentes no Fórum Urbano Mundial, em março, no Rio de Janeiro, qual tema central devemos levar para a oficina?

- Regularização Fundiária das Ocupações Urbanas e Luta contra os Despejos;
- Controle Público sobre as Terras Públicas;
- Desmercantilização da Terra e Garantia do Direito ao Território.

Obs. Repensar referências teóricas, p.ex. Aprofundar enfoque do direito ao território, direito a cidade, gênero, raça, diversidade, e outros.

4ª Conferências das Cidades

A partir dos quatro eixos apontados para o debate para a 4ª Conferência e apresentados no plenário, discutir uma proposta prioritária do FNRU para cada eixo.

- Criação e Implementação de Conselhos das Cidades, Planos e Fundos e seus conselhos gestores nos níveis federal, estadual, municipal e no distrito federal;
- Aplicação do Estatuto da Cidade e dos Planos Diretores e a efetivação da Função Social da Propriedade do Solo Urbano;
- A Integração da Política Urbana no Território (Fundária, Habitação, Saneamento e Mobilidade Urbana);
- Relação entre os Programas Governamentais – como PAC, Minha Casa, Minha Vida e a Política de Desenvolvimento Urbano.

INTERVENÇÕES:

Idelfonso - (CONAM- FAOR/ AMAPÁ) – Defende que é preciso fazer pressão para a Conferência de 2010, pois o processo eleitoral pode atrapalhar a articulação. Reforça que não se deve deixar para pressionar o governo em 2010. Sugere que as ocupações comecem imediatamente.

Grupo II – HABITAÇÃO, PRODUÇÃO SOCIAL DA MORADIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA.

ANIMADORES: Evaniza e Ricardo

Atualização do ideário e Agenda da Reforma Urbana

- Na atualidade, quais são as principais lutas vividas nas cidades, na afirmação do direito à cidade e da função social da propriedade, levando em consideração também a articulação com outras agendas sociais?
- Destas lutas, qual (ou quais) priorizar e qual (ou quais) estratégia (s) que devemos desenvolver para avançar no ideário e agenda da reforma urbana?
- Como encaminhar o debate da política nacional de desenvolvimento urbano, na perspectiva da garantia do sistema de participação e controle social?

Atualizar a agenda da Reforma Urbana

- Lutas prioritárias: Política Nacional de Reforma Urbana – Até hoje Programas Nacionais são fragmentados, não avançamos o necessário para implantação do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano, e os planos e a política precisam virar Lei;
- Moradias construídas ainda são de baixa qualidade, é necessário defender um padrão mínimo de qualidade e tamanho, respeitando as diversidades locais e das comunidades tradicionais;
- A produção do poder público continua ainda, fora dos critérios defendidos pela. Não avançamos na implementação dos instrumentos já elaborados e aprovados em âmbito Nacional, como Estatuto das Cidades, Conselhos, Planos, Fundos, e muito pouco se avançou na produção concreta de habitação popular. Casas pequenas com recursos do PAC sem consulta a população e análise da área-participação na elaboração dos projetos.
- Garantir o acesso aos equipamentos sociais e infra-estrutura;
- Aprofundar o tema do financiamento da política habitacional – subsídio, fundo, PEC
- Condições para a remoção ou transferência de famílias, quando justificável, trazer para estas, o entendimento de habitabilidade – como significado dos requisitos para compor estrutura mínima das condições de morar e se inserir no contexto social, inclusive na inclusão produtiva e na geração de trabalho e renda;
- Incluir diversidade dos municípios – pequenos municípios e municípios Peri urbanos e rurais; Discutir área urbana e rural –
- Regularização fundiária é o grande entrave / Reconhecer a posse das áreas de várzea ocupadas; Defender a propriedade coletiva do solo/ políticas de regularização fundiária/
- Qualificar e divulgar a proposta dos conselhos

- Retomar o processo de discussão do Plano
- Explicitar a questão de gênero
- Levantar a questão da violência que atinge principalmente a juventude e as mulheres;
- Incluir a discussão de Segurança Alimentar e Nutricional, atividades produtivas nos assentamentos e comunidades tradicionais, e Incluir saúde ambiental na discussão;
- Contrapor os grandes projetos urbanos de requalificação – remoção/relocação na área do entorno destas grandes obras: viárias/transporte. Não cobra as contrapartidas, contribuição de melhoria. Onde o poder público gasta o seu dinheiro? Romper a lógica dos grandes projetos.
- Precisa mudar a lógica do capital. Os fóruns não são suficientes para mudar esta lógica e perguntar se nós não estamos amarrados a estrutura de participação institucional
- A luta está no dia a dia – nas ocupações, nas discussões...

A partir dos 04 (quatro) eixos apontados para o debate para a 4ª Conferência e apresentados no plenário, discutir uma proposta prioritária do FNRU para cada eixo.

Criação e Implementação de Conselhos das Cidades, Planos e Fundos e seus conselhos gestores nos níveis Federal, Estadual, Municipal e no Distrito Federal.

- Reforçar a criação e implantação dos conselhos locais e os conselhos estaduais para formatar políticas públicas e cobrar a implementação do referido Sistema habitacional;
- A regra do jogo que foi definida tem que valer- recursos do Fundo têm que ir para o FNHIS – repasse fundo a fundo, com recursos permanentes, defender a PEC da Moradia Digna;

Aplicação do Estatuto da Cidade e dos Planos Diretores e a efetivação da Função Social da Propriedade do Solo Urbano.

- Promover a participação para a demarcação e implementação dos instrumentos – ZEIS e Discutir a falta de participação desses instrumentos, por serem elaborados por consultorias externas, sem a prévia mobilização, sensibilização e esclarecimentos as comunidades locais.

A Integração da Política Urbana no Território (Fundária, Habitação, Saneamento e Mobilidade Urbana)

- Mudar a lógica de financiamento / projetos – construir pedaços de cidade, não projetos isolados e acesso dos recursos para os municípios pequenos;

- Discutir e exigir atuação sobre a definição e os efeitos dos grandes projetos urbanos.

Relação entre os Programas Governamentais – como PAC, Minha Casa, Minha Vida e a Política de Desenvolvimento Urbano.

- Retomar a discussão e assumir a bandeira do PLANHAB – incorporando a discussão do MCMV;
- Reverter à lógica do balcão clientelista, promovendo outras formas de repasse dos recursos e investimentos para os municípios, considerando a necessidade dos proponentes;
- A regra do jogo tem que valer: fortalecer o sistema nacional de habitação e a construção do sistema de desenvolvimento urbano;
- Políticas e financiamento para os municípios de pequeno porte, considerando as mudanças com o êxodo rural, para as periferias das sedes municipais;

Definir 03 (três) propostas de atuação do FNRU sobre a temática em discussão no grupo, que deverão ser priorizadas para os próximos três anos.

- Que estratégia (s) deverá (ão) ser utilizada (s) pelo FNRU para implementação destas propostas?

Propostas de Atuação	Estratégias
1. Aprovação do PLANHAB até jun/10 implementá-lo, com destaque para a PSM e aprovar a PEC da Moradia Digna .	Mobilização e divulgação sobre os temas. Fortalecer e assumir o protagonismo da Campanha; fortalecer o conteúdo; dar mais visibilidade
2. Institucionalizar o Sistema Nacional de Habitação, realizar as Conferencias das cidades nos três níveis de governo (União, Estados e Município), tornar o ConCidades, os conselhos Estaduais e Municipais deliberativos, não apenas consultivos. Fortalecer os mecanismos de controle social sobre a execução de todos os programas e recursos devendo estes passar pelo ConCidades, para aprovação e deliberação, garantir capacitação para municípios de pequeno porte na gestão da Política de habitação.	Elaborar documentos e promover campanhas de sensibilização, mobilização e pressão; utilizando os espaços dos planos de habitação, saneamento, conferências nas etapas Estaduais, Regionais e municipais etc. Solicitar a efetivação de cronograma para as atividades dos Conselhos, Comissões e ações dos movimentos; acompanhando as decisões e medidas originárias dos órgãos de gestão.
3. Lutar por acesso à Moradia em terras urbanizada, bem localizada, nos Centros e bairros urbanizados	Identificar áreas públicas disponíveis, lutar por ZEIS nessas áreas e garantir a destinação para moradia

- Fortalecer a questão de gênero e raça nas políticas de habitação - Elaborar propostas e fortalecer as já existentes;
- Fortalecer a atuação política do Fórum - Tomar posição nas principais questões e mobilizar em sua defesa.

Fórum Urbano Mundial/Plataforma do Direito à Cidade

- No diálogo com as redes e movimentos sociais que estarão presentes no Fórum Urbano Mundial, em março, no Rio de Janeiro, qual tema central devemos levar para a oficina?
- Que ação conjunta dos movimentos e redes, vamos desenvolver?
- Denunciar os impactos que a Copa e as Olimpíadas podem ter nas comunidades do Rio e o direito a cidade; Relatoria do Direito a Moradia, como parceiro; discutir processos semelhantes em outras cidades, tendo em vista que a copa atingirá outros municípios;
- Atividade contra a criminalização dos movimentos;
- Atividade de rua, com corte sócio-cultural e lúdico, mas com grande força e marcha no final;
- Atividade sobre MCMV
- Discutir a lei de assistência técnica e os princípios de atuação
- Ter a Tenda da Reforma Urbana;
- Mesa dos movimentos populares urbanos;
- Carta mundial ser tema central;
- Atividade em defesa da democracia (Honduras);
- Exposição fotográfica de experiências populares e também de denúncias;
- Atividades nas comunidades, sedes de entidades de classe e afins locais, etc;
- Mobilização para ações preventivas de despejos das famílias moradoras das áreas de realização da copa e olimpíadas, respectivamente, como instrumento de controle e de pressão;

* Marcar uma agenda do FNRU no Rio para estruturar estas atividades.

INTERVENÇÕES

Emília – Questiona se é necessário criar mais leis. Defende que é preciso observar as diversas legislações que já existem e lutar por sua implementação.

Cristiano – Ressalta que foi citada a questão das remoções, mas o GT foi contrário às remoções. Argumenta que o grupo entendeu que remoção é o mesmo que despejo. Explicita que o encaminhamento foi dizer ‘não às remoções.’

José Ricardo – Faz um complemento sobre o ideário no tocante aos grandes projetos. Diz que além de pensar nos impactos que eles produzem, é importante verificar os recursos que o governo federal gasta para isso. Cita o exemplo Minas Gerais que tem 1 bilhão e 500 milhões investidos em um centro administrativo e 243 milhões de investimentos para todos os municípios somados! Argumenta que é preciso discutir para onde está indo o dinheiro. Não somente discutir os efeitos, e sim se as obras devem ou não ser feitas.

Gupo III – TRANSPORTE, MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE

Atualização do ideário e Agenda da Reforma Urbana

- Na atualidade, quais são as principais lutas vividas nas cidades, na afirmação do direito à cidade e da função social da propriedade, levando em consideração também a articulação com outras agendas sociais?

1. Integrar as políticas urbanas: foco na integração das políticas como políticas de estado, não de governo;

2. Ampliar o diálogo dos movimentos de moradia com os trabalhadores / sindicalistas e etc..

5. Sistema de transporte urbano precário; estado ausente da sua responsabilidade e tarifas caras sem controle social; insegurança e falta de acessibilidade

6. Direitos humanos das pessoas com deficiência

8. Meio ambiente

9. Violência no trânsito

10. Violência urbana

- Destas lutas, qual (ou quais) priorizar e qual (ou quais) estratégia (s) que devemos desenvolver para avançar no ideário e agenda da reforma urbana?

1. Quanto à dificuldade na articulação das lutas / fragmentação / setoriais = necessidade de um eixo estruturante para unir as várias bandeiras = mulheres, negros e juventude na cidade

2. Prioridade fora da questão institucional = necessidade de utopia: pensar para além do nosso campo = direitos humanos na perspectiva de classe = um eixo só

3. Formas de mobilização – avaliar o que funciona? Apropriação do espaço público, da rua para a mobilização

4. Mídia alternativa (rádios comunitárias) e “grande mídia” + formação = ferramentas para falar com a sociedade;

- Como encaminhar o debate da política nacional de desenvolvimento urbano, na perspectiva da garantia do sistema de participação e controle social?

1. Os conselhos de transporte estão dominados por setor privado e governo = onde está a sociedade civil nesses conselhos?

2. FNRU defende os direitos da classe trabalhadora, dos direitos das mulheres, direitos dos negros e indígenas, direitos da juventude e como direitos humanos com acessibilidade universal pelo direito à rua

3. Avaliar “se” e “o que” foi implementado entre as conquistas de legislação

4ª Conferência das Cidades

- A partir dos 4 eixos apontados para o debate para a 4ª Conferência e apresentados no plenário, discutir uma proposta prioritária do FNRU para cada eixo.

I Criação e Implementação de Conselhos das Cidades, Planos e Fundos e seus conselhos gestores nos níveis federal, estadual, municipal e no Distrito federal;

- Projeto de lei que regulamente os conselhos e conferências nos 3 níveis com atribuição deliberativa e vincular o acesso aos recursos federais à criação de conselhos e fundos; “título” para as cidades que fazem as conferências

II Aplicação do Estatuto da Cidade e dos Planos Diretores e a efetivação da Função Social da Propriedade do Solo Urbano;

- O que foi aplicado do estatuto das cidades???????
- Mobilidade como tema de integração das políticas. Cada secretaria do Midades tem de apontar a sua maneira de integração

III A Integração da Política Urbana no Território (Fundária, Habitação, Saneamento e Mobilidade Urbana);

- a partir da 4ª conferencia o conselho das cidades se organize de forma a não setorializar as políticas urbanas (comitês técnicos / temáticos): fazer a discussão a partir do sistema de desenvolvimento urbano, e de temas como gestão democrática, desigualdades de gênero e raça, acessibilidade universal etc.

IV Relação entre os Programas Governamentais – como PAC, Minha Casa, Minha Vida e a Política de Desenvolvimento Urbano.

- Pelo fim dos “programas de governo” – por uma política de estado
- Programas que guardem relação com a política de desenvolvimento urbano integrado e os respectivos planos
- A relação entre PAC e Minha Casa Minha Vida com a política de desenvolvimento urbano não existe ou é precária

Agenda temática para os próximos 3 anos

- Definir 3 propostas de atuação do FNRU sobre a temática em discussão no grupo, que deverão ser priorizadas para os próximos 3 anos.
1. Implantar novo modelo de política de mobilidade sustentável (priorizar o transporte não motorizado e transporte público de qualidade e acessível pela apropriação do espaço público de forma democrática)
 2. Direitos humanos na diversidade: acessibilidade universal à cidade, em todas os setores (habitação, transporte, saneamento, etc)
 3. Paz no trânsito.

- Que estratégia (s) deverá (ão) ser utilizada (s) pelo FNRU para implementação destas propostas?

4. Moralização do custo real dos transportes públicos: participação e controle social total na elaboração e implementação das políticas públicas de mobilidade;
5. Priorizar o transporte de massa sobre trilhos, corredores exclusivos de ônibus e VLT;
6. Violência no trânsito: disciplinar o uso, fiscalização e educação para o trânsito
7. Transporte público como serviço essencial, e não mercadoria
8. Marco legal e investimentos
9. Estratégias para o Trânsito: políticas de estacionamento.
10. Investimento no transporte público;
11. Marco legal e controle da sociedade na implementação dos recursos e políticas; controle sobre os recursos arrecadados com as tarifas...
12. Planejamento do sistema desde os pequenos municípios no transporte sobre trilhos
13. Criar o dia do transporte público = colocar as autoridades para andar de TP

Fórum Urbano Mundial/Plataforma do Direito à Cidade

- No diálogo com as redes e movimentos sociais que estarão presentes no Fórum Urbano Mundial, em março, no Rio de Janeiro, qual tema central devemos levar para a oficina?
- Uma mobilidade sustentável é possível: acessibilidade universal nas cidades
- Que ação conjunta dos movimentos e redes vamos desenvolver?
- Fechar a Av. Brasil numa manifestação popular

INTERVENÇÕES

Luiz (CMP) – Defende que na Conferência das cidades é importante causar constrangimento dentro dos processos de construção. Lembra que durante a conferência será comemorado os 21 anos da Constituição Brasileira (que já definia a função social da terra), e 08 anos do Estatuto das Cidades.

Nazareno – Retoma a idéia do grupo defendendo que é importante brigar por um projeto de Estado! Destaca que é preciso pegar os projetos de governo e saber como integrar as políticas. Defende que o espaço de luta, onde se dialoga com a cidade, é a rua. Argumenta que o FNRU precisa pautar diferente a mobilidade, pensando que a mobilidade é quem articula as políticas. Lembra que se trabalha com uma lógica de mobilidade de mercado. Defende que o transporte tem que ser público e que é preciso fazer a discussão do transporte público na lógica do mercado e lutar para garantir isso como política de Estado!

Iuri – Argumenta que o texto do grupo ficou confuso sobre a garantia das políticas de Estado ou de governo. Destaca que o termo ‘paz no trânsito’ também precisa ser revisto. Defende que não é possível ter paz no trânsito, enquanto não se garantir o direito à cidade. Assinala que em uma cidade de conflito o conceito de paz não cabe.

Emília – Diz que é preciso questionar os modelos de desenvolvimento, a exemplo de Suape em Pernambuco. São projetos que geram muitos empregos, mas que são todos temporários! Avalia que quando estiverem prontos os empregos vão acabar devido à tecnologia de ponta. Diz que essas obras só agravaram os problemas de saneamento, prostituição entre outras coisas.

Edmundo – Defende que o FNRU tem que centrar fogo na política de habitação, saneamento e pressionar o governo. Diz que é preciso ter responsabilidade e ousadia, pensar na integração das políticas como um grande desafio, discutir transversalidade a partir de uma proposta que valorize as pessoas.

Bernardo - Fala sobre a disciplina de reforma urbana no curso de arquitetura e enfatizar a necessidade de se pensar em transporte de massa, e não em ônibus como única alternativa de transporte público.

GRUPO VI - MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO

Ideário e agenda da reforma urbana

- Integração das políticas urbanas e ambientais, incluindo temas manejo de resíduos sólidos e catadores
- Priorização do saneamento - Luta pelo direito pelo saneamento básico contra a privatização da água, mobilização da sociedade civil e uso dos instrumentos existentes – tarifa social. Aproximação com os trabalhadores urbanos – FNSA;
- Solo urbano e regularização fundiária. ZEIS para áreas vazias, banco de terras nos municípios e desapropriação-sanção – ênfase na aplicação dos instrumentos do EC no PD – priorizar esses instrumentos. Vinculação do repasse de verbas federais ao cumprimento dos PD;
- Efetividade das decisões dos conselhos e monitoramento – trabalho de capacitação sobre o orçamento;
- Atuação do FNRU – necessidade de chegar ao interior dos Estados – entidades que compõem o FNRU. Proposta de inserção de agenda na mídia – Vinculação da agenda urbana com a rural – MST e Via Campesina.

Agenda temática para os próximos 3 anos

- **Formação.** Desenvolver processo de formação local sobre o direito a água e ao saneamento, divulgar a lei de saneamento, partindo da base, articulada nacionalmente, para fazer os debates sobre o direito a água e ao saneamento. Preparação de materiais para formação popular, inclusive materiais digitais, seminários. Enfatizar o papel das comunidades para o saneamento, educação ambiental, mas sem usar a ótica tradicional e sim uma ótica emancipatória. Viabilizar a implementação das leis para todos, combate aos privilégios de alguns. Incluir questões ambientais.
- **Articulação de campanha contra privatizações.** Trabalho de monitoramento dos processos de privatização. Recuperação das empresas públicas, observar novas formas de privatização. Aproveitar a elaboração dos planos para fazer a campanha contra as privatizações. Aprofundar articulação com a FNSA e trabalhadores urbanos para ter movimento forte de oposição com luta unificada. **Antes de regulação** - precisa ser readequado, reinventado. Deve ter controle social, submetidas aos órgãos de participação social, adotar como parâmetro o modelo da agencia de Natal.
- **Planos e controle social.** Fortalecer o controle social no âmbito local por meio dos conselhos, preferencialmente por meio dos conselhos das cidades, que devem ser deliberativos. Não fragmentar a luta dos diferentes segmentos. Busca da autonomia dos conselhos - Recursos

devem ser gerenciados pelo conselho. SNDU – deve ser integrado o sistema de saneamento, com o objetivo de não fragmentar. Criação de um a um sistema nacional de saneamento, que deve ser integrado ao SNDU. Planos de saneamento devem ter compromissos para os governos, incluir metas para tarifa social dos serviços e metas de universalização específica para grupos mais afetados pela falta de saneamento.

INTERVENÇÕES

Diego – argumenta que o FNRU tem que colocar como aspecto principal o Meio ambiente. Propõe como tema para as próximas discussões e avalia que se tem discutido em segundo plano.

Mauro – Ressalta aspectos em relação à integração de políticas. Destaca a importância de pensar na metodologia, por exemplo, a partir de questões concretas. Lembra que a maioria dos Planos diretores não está na ótica dos Estatutos das Cidades. Defende a importância de pressionar para os aspectos dos planos diretores (Zeis, apropriação, etc).

Fernando – Fala sobre a falta de efetividade dos conselhos. Analisa que os Conselhos efetivamente não funcionam, nem os Ministérios Públicos dão conta, mesmo os conselhos sendo deliberativos. Diz que a construção dos sistemas é uma proposta de grupo, também que os conselhos se efetivem norteando sobre o orçamento para que as políticas se efetivem.

Emília – Afirma que o PAC tem grandes recursos, principalmente para o saneamento. Questiona se a sociedade está podendo fazer o controle social, se existe água e acesso à água.

Ancelmo – Defende que o saneamento é sinônimo de saúde. Diz que o direito universal à água é fundamental para todo o país. Como diretriz perpassa a questão de gênero também no saneamento, porque as mulheres são quem mais sofrem com as ausências de água. Avalia que o FNRU foi feliz em defender a campanha contra a privatização da água. Dentro da estratégia defende que é preciso ocupar as ruas e definir as atividades.

GRUPO IV- GÊNERO, RAÇA E JUVENTUDE

Composto por: FERU PE, FERU CE, CMP PA, Habitat para a Humanidade, OXFAM, FERURB PB, Fase PA, MLNM PB, MLB PA, Brasília, MLB PE, Marcha Mundial de Mulheres, COHRE, CONAM PE, UNMP, CEARAH Periferia, FAMCC PI.

Agenda temática para os próximos três anos

- Definir 3 propostas de atuação do FNRU sobre a temática em discussão no grupo, que deverão ser priorizadas para os próximos 3 anos.
 - Que estratégia(s) deverá (ão) ser utilizada(s) pelo FNRU para implementação destas propostas?
1. Aproximação com o movimento negro e o movimento de mulheres
 2. Estratégias:
 3. Garantir a presença de representantes de organizações feministas e do mov. negro nos eventos do FNRU;
 4. Participar da discussão do Estatuto da Igualdade Racial;
 5. Participar das conferências de igualdade racial e de mulheres;
 6. Promover o Encontro das mulheres pela reforma urbana e Encontro dos Negros e Negras pela Reforma Urbana.

2. Visibilidade do tema no FNRU

Estratégias:

- Produção de dados que explicitem a questão de gênero e raça pelas entidades do FNRU;
- Pautar estes temas na Jornada de Lutas, na Campanha de Olho no seu Voto;
- GT de Gênero e Raça passar a acompanhar a equipe que está fazendo a atualização da agenda do FNRU;
- Promoção de eventos de discussão de gênero e raça na base dos movimentos;
- Garantir espaços de formação pro FNRU com estes temas; (divulgação do tema no site do FNRU, boletim, etc.)

3. Criação do GT de Juventude

Estratégias:

- Promover o Encontro da Juventude pela Reforma Urbana;
- Garantir a participação de jovens nos eventos do FNRU, nos espaços de formação, nas direções;
- Trabalhar a questão da cultura dentro deste GT;
- Participar das conferências de juventude.

4ª Conferências das Cidades

A partir dos quatro eixos apontados para o debate da 4ª Conferência e apresentados no plenário, discutir uma proposta prioritária do FNRU para cada eixo.

I Criação e Implementação de Conselhos das Cidades, Planos e Fundos e seus conselhos gestores nos níveis federal, estadual, municipal e no distrito federal;

- Incluir a obrigatoriedade da realização de conferência e a existência de conselhos das cidades para o acesso a recursos federais, por exemplo.
- Garantir que o poder público divulgue os dados referentes aos planos municipais e estaduais de habitação de interesse social (FNRU já está fazendo este levantamento)

Lembrete: Garantia da participação de 50% de mulheres nos diversos espaços; e da representação de negros/as nos mesmos espaços JÁ FOI APROVADA.

II Aplicação do Estatuto da Cidade e dos Planos Diretores e a efetivação da Função Social da Propriedade do Solo Urbano

- Regulamentação que obrigue as cidades a apresentarem a lista de imóveis que não estão cumprindo a função social da propriedade (esta apresentação poderia ser um requisito, por exemplo, para o acesso a recursos de programas federais) e acelerar a desapropriação de vazios urbanos/áreas institucionais para a construção de moradias de interesse social.

III A Integração da Política Urbana no Território (Fundária, Habitação, Saneamento e Mobilidade Urbana)

- Adequação das políticas governamentais para o setor urbano às diferentes realidades existentes na Amazônia e no Nordeste (readequação de diretrizes do Estatuto da Cidade, a implementação de políticas territoriais que reconheçam a diversidade étnico-racial e

de gênero, as especificidades regionais e as dimensões rural, urbana e ambiental), entendendo a sustentabilidade socioambiental como elemento estruturante das políticas públicas urbanas

IV - Relação entre os Programas Governamentais – como PAC, Minha Casa, Minha Vida e a Política de Desenvolvimento Urbano

- Garantia de, no mínimo, 30% em todos os programas habitacionais para famílias chefiadas por mulheres negras e índias

Fórum Urbano Mundial/ Plataforma do Direito à Cidade

No diálogo com as redes e movimentos sociais que estarão presentes no Fórum Urbano Mundial, em março, no Rio de Janeiro, qual tema central devemos levar para a oficina?

- Conflitos/despejos, segurança da posse, considerando a questão da titularidade da posse da terra e da casa no nome das mulheres. Que ação conjunta dos movimentos e redes vamos desenvolver?
- Concentrar a atuação do FNRU no dia do Direito à Cidade
- Realizar um ato de denúncia (a partir deste ato, realizar a entrega de um documento-denúncia ao Ministério Público e/ou outros órgãos responsáveis) paralelo ao FUM; reeditar o Bloco da Reforma urbana, o samba da reforma urbana, dando destaque ao tema dos direitos humanos.
- Em qualquer ação que realizemos, que visibilizemos a questão de gênero e raça.

Atualização do ideário e Agenda da Reforma Urbana

Destas lutas, qual (ou quais) priorizar e qual (ou quais) estratégia (s) que devemos desenvolver para avançar no ideário e agenda da reforma urbana?

- Combate às desigualdades vividas pelas minorias nas cidades;
- Efetivar a discussão do direito da mulher à cidade e iniciar a discussão racial e da promoção do protagonismo da juventude na Reforma Urbana.

INTERVENÇÕES

Silvia (Fórum Metropolitano de Reforma Urbana do Pará) - Diz que a plenária está esvaziada e aponta que há um risco disso acontecer quando o tema de gênero é discutido por último. Propõe que a cota de 30 % para participação de mulheres deve ser revista e aumentada para 50% e com a inclusão das comunidades tradicionais.

Janaina – (Fórum de Reforma Urbana de Belém) – lembra que as populações ribeirinhas e quilombolas são excluídas do debate. Pede a inclusão destes grupos (quebradeiras de coco do Maranhão, etc).

Ancelmo - Aponta a importância na discussão do tema no FNRU e afirma a necessidade de amadurecimento. Justifica que a plenária é soberana e pode perfeitamente modificar a partir dos elementos levantados no grupo (30% ou 50%). Defende que seja uma cota de 50%.

Maria - Faz a proposta de que se faça uma consulta às comunidades quilombolas, no sentido de investigar as diferentes necessidades e as especificidades das casas, e assim incluir as demandas levantadas por este grupo nos programas habitacionais.

Marcus - Solicita a inclusão nas questões de gênero, das minorias lésbicas, homossexuais e não somente a questão da mulher. Percebe uma grande dificuldade no debate devido ao esvaziamento do plenário. Afirma que não dá para discutir moradia com empresários e aponta a necessidade de mobilização e participação na luta. Faz uma fala de repúdio em relação à atitude dos companheiros que vieram ao encontro para passear e não participaram dos debates.

Aldebaran – Diz que é um debate muito difícil. Afirma ter clareza da necessidade de avançarmos no debate, no sentido de fortalecer o GT de gênero, raça e juventude. Lembra que se está em processo de revisão da plataforma, e que na preparação da plataforma feminista para a reforma urbana poderão ser incluídas as propostas feitas no Encontro.

Neide - Diz que o fórum tem avançado nas questões de gênero, estão construindo as questões de raça e compreende a dificuldade e os limites para discutir as questões étnicas. Afirma que o GT está aberto para participação e que espera contribuições.

MESA: APRESENTAÇÃO DA MANIFESTO/PLATAFORMA PELO DIREITO A CIDADE E DIÁLOGO COM OUTRAS REDES, FORUNS NACIONAIS E INTERNACIONAIS VISANDO O FÓRUM URBANO MUNDIAL.

Regina – (FASE NACIONAL) - Antes de compor a mesa diz que o Encontro Nacional do Fórum acontece a cada dois anos. Destaca que a mesa tem um caráter muito importante e muito especial, pois é a primeira vez que o FNRU abre um painel e chama outras redes para dialogar em torno do FUM, que acontecerá dos dias 22 a 26 de março de 2010, no Rio de Janeiro. Esclarece que a proposta é unificar mais a atuação. Avisa que está em circulação a lista da PEC da moradia com as propostas que estão tramitando no Congresso Nacional. Defende a importância de se levar para os estados e faz coleta de assinaturas na tentativa de mudar a constituição, a exemplo da saúde e de outros sistemas, exigindo recursos previstos para acabar com o déficit habitacional que existe no país. Diz que o encontro está sendo filmado e relatado para que possa ser divulgado tanto para os (as) participantes como para os fóruns estaduais, nas organizações, na base, com o objetivo de auxiliar no processo formativo. Agradece aos diversos atores presentes neste encontro, a Oxfam por ter apostado no FNRU - como parceiro financeiro e político, assim como a Actionaid. Agradece aos apoios ao Encontro Nacional: Habitat para a Humanidade, CESE, CEF, Ministério das Cidades, Conselho das Cidades, COHRE, Plataforma DHESC, União Européia, Agencia Catalã, Instituto Rosa Luxemburgo e as entidades parceiras CENDHEC, FASE, MTST, etc. Parabeniza e agradece ao FERU/PE pela organização do evento junto com o FNRU.

Composição da Mesa:

Rodolfo Ramires - Habitat para a Humanidade
Graça - Rede Mulher e Habitat
Darci Frigo - Plataforma DHESC
Bartiria – Aliança Internacional de Habitantes
Rogéria Peixinho – Coalizão de mulheres para o FUM
Sebastian - COHRE Américas
Beth Ferreira – Articulação de Mulheres Brasileiras
Bernardo – Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura
Liliane - Marcha Mundial das Mulheres
Marcos Cosmo - MTST

Regina (FASE Nacional) – Recupera que a proposta do FNRU com a mesa foi a de abrir um diálogo com outros movimentos e redes, para pensarmos uma ação conjunta no FUM e também para pensarmos em processos coletivos para além do FUM. Destaca que o Fórum Urbano Mundial é um evento promovido pela ONU que envolve debates entre governos nacionais, e que acontecerá pela primeira vez no Brasil, em 2010. Por esse motivo diz ter sido pautado no Fórum Social Mundial de Belém, em fevereiro de 2009, com um conjunto de redes, a participação da sociedade civil na organização do FUM. Diz que em função disso, no Conselho das cidades – (fruto da luta do FNRU)

– conseguiu-se um diálogo com o governo brasileiro e criou-se um Grupo de Trabalho para Acompanhamento da organização do FUM. Em função disso foi definida a proposta, discutida com a ONU, do tema “DIREITO À CIDADE”: UNINDO O URBANO DIVIDIDO’ (Anexo). Reflete que a conquista inicial foi garantir o tema do direito à cidade, que foi uma proposta do Brasil. Pode ser uma oportunidade afirmando para que o direito à cidade venha a ser garantido como direito humano fundamental e reconhecido como direito coletivo junto a ONU e aos governos nacionais e signatários. Ressalta que o FUM será dividido em seis eixos temáticos:

- Levando a diante o Direito às cidades;
- Unindo o urbano dividido;
- Acesso igualitário a moradia;
- Diversidade cultural das cidades;
- Convivência e participação;
- Urbanização sustentável e inclusiva

Diz que o FUM terá mesas oficiais, onde participarão nomes internacionais e ressalta a importância de propor nomes, a partir do olhar da sociedade civil, para compor essas mesas de diálogos. Comunica que o FNRU foi convidado pelo governo para coordenar oficialmente o momento dedicado a redes e movimentos sociais, incluindo movimentos populares e ONGs, com o tema do direito à cidade. Diz que a idéia é discutir quais os avanços que se tem na luta pelo reconhecimento do direito à cidade e também quais os desafios que estão postos. Explicita que o FNRU deseja que a noção do direito à cidade seja apresentada a partir da sociedade civil. Defende a importância de trazer elementos que fundamentam o direito à cidade. Esclarece que além desta atividade (que é a atividade oficial) existem várias oportunidades, como os eventos das redes, que poderão ser inscritos até o dia 30 de novembro. Retoma algumas propostas de temas que foram apresentadas como consenso: conflitos, territórios urbanos e rurais e política de prevenção para que não ocorram novos conflitos. Defende que se tenha alguma atividade coletiva da sociedade civil organizada pra dar visibilidade, especialmente na mídia. Defende ainda que possa ser construída uma carta ou declaração, com propostas para serem apresentadas para o mundo. Diz que para isso reforça a proposta de uma reunião em novembro, no Rio de Janeiro, onde a idéia é avançar na discussão e construção de propostas da sociedade civil organizada para o FUM, como também as propostas para cada diálogo temático.

Sebastian – (COHRE Américas) – Retoma a construção da carta mundial das cidades no Fórum Social Mundial. Diz que o FUM é um espaço de articulação dos movimentos, governos, lobistas e empresários, e deve ser comparado ao Fórum econômico mundial. Destaca a particularidade da conquista do espaço pelo direito à cidade e diz que o Brasil impulsionou este debate. Questiona como será a atuação da sociedade civil FUM? Defende que é preciso se manifestar, mas também participar. Cita Nelson Saule que tem acrescentado propostas para a construção do FUM e avalia que há possibilidade de influir no processo. Alerta que o formato de ‘mega evento’ pode esvaziar a discussão do direito à cidade. Ressalta também que a segunda diferença do FMU para o FSM é a oferta de possibilidades. No FUM não há espaço para construção de

atividades, por isso defende que é necessário fazer um esforço estratégico para inscrever duas atividades e garantir a participação. Avalia que as redes na América Latina vêm construindo plataformas de direito à cidade. Convida a todos para construir uma proposta. Enfatiza que o Brasil está com 20 anos na frente dessa discussão (conselhos, conferências, etc.) e defende que a Plataforma tenha ampla divulgação.

Rodolfo Ramires - Inicia destacando o momento histórico que está sendo construído. Afirma que as lutas são conquistas que vão se dando aos poucos e por isso é necessário que se reconheça os avanços. Diz que o movimento pela reforma urbana está construindo um reconhecimento pela comunidade internacional na perspectiva de um novo direito: o direito à cidade. Destaca que é no âmbito da ONU que se chancela o reconhecimento do direito, e avalia a grande importância do FUM por ser um evento internacional da ONU. Diz que na China o FUM foi um evento 'chapa branca', que no máximo dialogava com os empresários e não houve participação dos movimentos. Lembra que se começou a discutir na China que pela trajetória dos movimentos sociais não poderia acontecer da mesma forma no Rio de Janeiro, e nesse sentido que o tema do direito à cidade foi construído. Afirma que é preciso questionar que cidade se quer. Defende que não é o direito à cidade excludente, que discrimina. Lembra que o desafio é que o direito à cidade tem que refletir de forma mais simples possível toda complexidade. Argumenta que moradia é mais que casa, acessibilidade é mais que transporte urbano, a cidade é mais do que o espaço urbano, saneamento é mais que tratamento de água. Assim, defende que a cidade é o espaço da cidadania. Ressalta que a partir do conceito de cidadania se tem uma nova partida para o debate, não mais no conceito de infraestrutura como território (de interesse do capital). Diz que é preciso estipular um novo campo de debate, utilizando novas armas. Argumenta que se a cidade é o espaço de cidadania ela pode se dar no território urbano e no território rural, e ainda que a cidadania pode aglutinar e unificar a luta e os argumentos e promover principalmente, neste contexto, a reunião dos ministros dos países ibero-americanos, unindo em favor de um manifesto. Propõe um manifesto que sugere intitular de "Do espaço urbano para o espaço da cidadania".

Bartíria – Atesta a importância da articulação das redes no FNRU e diz que isso aproximou as relações com o Fórum de Belém no FSM. Defende que se faça uma aliança internacional que discuta o direito à cidade. Concorda com a proposição do tema dos conflitos. Diz que existem vários tipos de conflitos no mundo todo (despejos forçados, desastres climáticos, etc), e que concretizar essa mesa é debater os conflitos que existem no mundo, e que se dão por uma política conservadora, neoliberal, de não ruptura de um sistema. Nesse sentido se propõe a dialogar com as redes, na preparação das atividades para a realização de uma assembléia no FUM com todas as redes presentes. Questiona o que representa o FUM, e defende que se trata de um desafio para as redes. Argumenta que é preciso entender o que é o FUM e construir alguns espaços para diálogo. Diz não estar propondo um fórum paralelo, e não quer que seja chapa branca, mas defende a importância da representação dos movimentos no FUM. Defende que o espaço dos Movimentos é o Fórum Social Mundial, e diz que é onde se deve apostar.

Conclui dizendo que Aliança quer contribuir com a oficina que FNRU está propondo para o FUM.

Evaniza Rodrigues – Lembra que no último encontro latino americano foi definida uma agenda. Relata que está claro que o espaço do FUM não é o espaço dos movimentos! Argumenta que é preciso ter clareza do formato do FUM e de que a sociedade civil não tem autonomia, portanto defende que o espaço deve ser utilizado como um espaço de visibilidade à questão urbana. Defende a dupla atuação. Fala sobre a importância de criar outros espaços com o tema do direito à moradia e alerta que é preciso ter cuidado na elaboração dos espaços paralelos. Defende que é preciso confirmar o compromisso de somar nessa articulação e socializar uma proposta, fazendo coisas que aconteçam simultaneamente. Fala da articulação das cooperações da América Central, é de como o tema dos direito à cidade ganha espaço e incorpora ideários de outros movimentos. Diz da importância de equilibrar, ir para o Rio não somente para ouvir, mas, também pensar em como participar e influenciar. Defende que é preciso fazer barulho suficiente para que entre nos muros do FUM. Por fim sugere que se chegue ao Rio de Janeiro com um documento inacabado que possa ser finalizado e distribuído no espaço como uma grande articulação das redes, fóruns e organizações que estarão lá.

Friço – Diz falar de um espaço não muito comum, porque sempre esteve no lugar da militância do campo. Compartilha que na Plataforma DHESCs sugeriu-se que o direito à cidade seja construído sendo trabalhado no campo e na cidade de forma que estes espaços dialoguem. Defende que tem que se discutir a cidade e o campo, porque a cidade consome produtos e serviços do campo e devolve para o campo muitos problemas como o lixo, resíduos. As metrópoles têm que ser representadas, temos que pensar os direitos humanos com a integralidade dos direitos e estabelecer um diálogo com os direitos sexuais e reprodutivos, com as relatoria do direito ao território e à alimentação. Diz que as especificidades são dimensões que precisam ser tratadas para enfrentar os projetos desenvolvimentistas. Sugere um diálogo com o FNRU para que em determinados territórios possa ser construída uma parceria com os relatórios de Direitos Humanos. Fala da proposta de se ter um processo de formação antes de o relator de DH chegar ao local e que a idéia é que os movimentos sociais locais possam fazer o monitoramento. Diz que a Plataforma quer manter um diálogo com o FNRU, para que possa ter sustento nessas redes, e onde o relator possa fortalecer a incidência política dos movimentos. Defende que é preciso avançar no sentido de que a sociedade civil e as organizações políticas se fortaleçam.

Graça – Inicia dizendo que a rede de mulheres em Habitat foi fundada em 1987 com a proposta de discutir políticas públicas pensando nas mulheres e promover a discussão com mulheres nas comunidades. Questiona o fato de que atualmente os espaços são pensados pelos homens e para os homens. Avalia que no primeiro fórum praticamente não se mostrou a cara dos movimentos. No Canadá se conseguiu articular e os movimentos elaboraram uma carta que foi distribuída no dia da abertura e teve grande repercussão. Concorda que o Brasil está 20 anos à frente no debate da Reforma Urbana.

Comenta que em 2008 estiveram representantes de oito países para conhecer as experiências do Brasil. Diz que a rede de mulheres em habitat vai se reunir uma semana antes do FUM para se aproximar dos movimentos e pensar em políticas direcionadas para mulheres. Diz que vai levar a proposta para rede para reforçar o debate sobre os despejos e sobre a questão da violência. Concorda com a idéia de não fechar o documento antes do FUM para que ele possa ser fechado com um grande ato. Defende que os movimentos têm todas as condições de se preparar para o Fórum, não só sobre a questão das mulheres, mas como um todo, porque a relatora da ONU é brasileira e o relator nacional mora no Rio de Janeiro.

Beth (AMB) – Agradece o convite e saúda a iniciativa, diz pensar não só no FUM, mas em um debate permanente de possíveis alianças em torno da bandeira de luta. Diz que a AMB vai fazer 15 anos, e em 1995 mudou suas ações avaliando que não bastava ficar monitorando as Conferências, então propuseram a Conferência de Mulheres – organizados pelos movimentos autônomos onde se construiu plataformas. Relata que a AMB não tem uma frente de luta específica para reforma urbana, mas que a discussão sobre direito à cidade, reforma urbana e vida digna aparece em diversas frentes de luta: seja na frente contra a violência contra às mulheres, que se agrava ainda mais numa cidade que é vista como um direito, seja na frente de luta contra o racismo que se articula à uma discussão sobre segurança pública, que é uma política racista que discrimina as pessoas pobres, negras e com grande ênfase de gênero. Diz que nas violações do direito à cidade a violência doméstica contra as mulheres é muito mais difícil de ser enfrentada. As mulheres não podem acionar a lei Maria da Penha, por exemplo, porque os chefes do tráfico não permitem. Lembra que o debate aparece também na luta por políticas públicas e na frente de luta por justiça socioambiental. Comenta que houve um seminário com muitas experiências de lutas e conflitos, e esclarece que a AMB não pautou o FUM. Avalia que o FUM é uma provocação que está sendo feita pelo FNRU. Diz que a AMB vai discutir o FUM e certamente participará dentro do processo. Defende ser possível construir uma aliança nacional. Socializa que a AMB apostou muito nos espaços de conferência e atualmente é muito crítica a esses espaços. Defende ser necessário avaliar se a estratégia é por dentro. Ressalta que não se pode abandonar a pressão política, e que há limites nos acordos e nas alianças que são feitas, por isso a pressão popular e a mobilização são as estratégias nas quais a AMB está apostando.

Ricardo – (Estudante de Arquitetura) – Diz que o espaço do FUM é privilegiado. Defende que o primeiro esforço a ser feito é o da ação unificada, que não precisa ser homogênea, pode ter diversos tons, e interagir. Sobre o FUM avalia que acontece num momento crucial de transformação das cidades, onde vem se reforçando a ordem do capital especulativo que agora também além de excludente é virtual. Denuncia que o Rio de Janeiro é um lugar onde se fala para fora e não ouve quem está dentro, quem participa e, portanto, precisa da cidade. Reflete que o pior que se pode encaminhar é que a Política se torne uma política de fachada, onde todo mundo se vê cheio de direitos, mas nada é implementado. Diz que a opção pela política significa a opção por vida ou morte de muitas pessoas e que a organização, a formação

e mobilização precisam andar juntos. Socializa que a federação de estudantes de arquitetura está lutando pela incorporação do tema dentro da grade das universidades, mas também entende que é fundamental a integração com o Movimento Social. Compartilha que existem muitos limites para a construção do FUM, mas que a os estudantes já estão se inserindo no processo. Ressalta que a Federação quer participar na construção dos sonhos!

Liliane (Marcha Mundial de Mulheres) – Compartilha da 3ª ação internacional da Marcha Mundial de Mulheres em 2010. Justifica que a coordenação nacional da Marcha não pôde estar presente. Compromete-se em levar o debate para a Marcha em São Paulo e articular a participação nas atividades do FUM.

Regina – Destaca que a mesa representa um momento inicial do debate. Diz que o FNRU quer continuar esta articulação visando uma ação coletiva para o FUM e para além deste, defendendo que é preciso aproveitar este espaço para dar visibilidade a luta pelo direito à cidade. Pontua os seguintes encaminhamentos consensuados nesta mesa, quanto ao mínimo de atividades que podemos organizar conjuntamente:

- a) Uma mesa redonda sobre os avanços e os desafios do direito à cidade no nível internacional, regional e local;
- b) Uma mesa redonda sobre conflitos urbanos, mega-eventos e despejos;
- c) Debater um documento que expresse nossas propostas aos governos do mundo para implementar o direito à cidade que aprovaríamos durante o FUM, na mesa redonda;
- d) Fora das atividades oficiais do FUM: uma grande passeata dos movimentos sociais em forma de um Bloco de Carnaval denunciando as violações de direitos humanos nas cidades e divulgando nossa declaração final.

Marcos Cosmos – Sugere uma Moção de repúdio sobre a questão fundiária em Moreno – Vila Operária, que posteriormente é apoiada pela plenária.

ENCERRAMENTO

Mércia – Fala dos limites da construção do Encontro e agradece os apoios e a colaboração.

ANEXOS.